UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Desnazificação na Europa e sua repercussão na Alemanha e na Áustria:
uma abordagem político-econômica

Flávio Renato de Aguiar Lopes

Brasília
Dezembro de 2015

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Flávio Renato de Aguiar Lopes – 10/0029507

Desnazificação na Europa e sua repercussão na Alemanha e na Áustria:
uma abordagem político-econômica

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em História, sob a orientação do Prof. Dr. Virgílio Caixeta Arraes.

Brasília
Dezembro de 2015

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

FLÁVIO RENATO DE AGUIAR LOPES

Desnazificação na Europa e sua repercussão na Alemanha e na Áustria:
uma abordagem político-econômica

COMISSÃO EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Virgílio Caixeta Arraes

Primeiro Membro: Prof. Dr. Antônio José Barbosa

Segundo Membro: Prof. Dr. Thiago Gehre Galvão

Brasília, 2015.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o processo da desnazificação na Alemanha e na Áustria, países em que o extremismo de direita esteve bem presente. Para isso, primeiramente é traçado o contexto histórico do pós-Segunda Guerra na Europa e apresentados os planos de recuperação econômica propostos pelos Estados Unidos para a região. Em seguida, é feito o debate sobre a desnazificação europeia, destacando-se o estudo de caso alemão e os resultados obtidos desse processo. Por último, é analisada a desnazificação na Áustria.

Palavras-chaves: Desnazificação; Guerra Fria; Áustria; Alemanha.

ABSTRACT

This work aims to analyze the denazification process in Germany and Austria, countries where right-wing extremism was very present. To do this analysis, it is first traced the history of the post-World War II context in Europe and presented plans for economic recovery proposed by the United States to the region. Then it is debated European denazification, especially the German case study and the results of this process. Finally, the denazification in Austria is analyzed.

Keywords: Denazification; Cold War; Austria; Germany.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, à minha mãe, Valéria, e ao meu irmão, Tiago, sem os quais este trabalho não teria ganhado vida. Agradeço a eles também por terem entendido o nervosismo pelo qual estava passando e, mesmo assim, continuarem ao meu lado, me dando força nos momentos mais difíceis. Agradeço ainda à minha mãe e ao irmão o carinho e o amor incondicionais durante todos esses anos, principalmente nesses seis de UnB, em que revisaram, elogiaram, criticaram e sugeriram trabalhos e artigos.

Em especial, ao meu saudoso primo Beto Aguiar, que, infelizmente, nos deixou antes que pudesse ver este TCC concluído, mas que sempre esteve ao meu lado durante toda a sua vida, fazendo críticas e elogios aos meus trabalhos.

Ao meu ilustre primo Beto Ferreira, o precioso carinho, a incondicional amizade e a leitura sempre cuidadosa dos meus trabalhos.

Ao meu sábio orientador, Professor Doutor Virgílio Caixeta Arraes, a orientação paciente e as indicações precisas para a construção deste TCC.

À minha querida cunhada, Daniela Raslan, as engrandecedoras discussões políticas, que ajudaram a mudar a minha percepção sobre a realidade brasileira; o apoio e a atenção irrestrita; e os almoços de segunda e quinta.

Aos meus colegas e confrades de curso – em especial Eduardo Barbosa, Bruno Alves, Hugo Aguiar, Carolina Souza, Ayub Nasser, Sarah Resende e Scarlett Dantas – a compreensão pelos compromissos e viagens cancelados; as fantásticas indicações de leitura; e, principalmente, as valiosas discussões sobre história e política, que me fizeram crescer como historiador-pesquisador.

Aos estimados Professores Antônio Barbosa, Diva Couto, Teresa Kirschner, Celso Fonseca e Estevão Martins os ensinamentos valorosos que foram decisivos para minha formação acadêmica e pessoal.

Aos queridos Professores Artur Alfaix e Ione Oliveira as cartas de recomendação, que abriram meus caminhos para os estudos na Áustria.

An meine geschätzten Deutschlehrer Juliana Melo e Hans Wiedmann a infinita paciência ao me ensinar a arte da língua alemã e o entusiasmo que me despertou a vontade de estudar com mais afinco o idioma de Goethe.

Aos meus adorados companheiros de futebol Adriano, Bruno, Carlão, Ceará, Daniel, Dersinho, Felipão, Fernando, João, PH, Ryan, Toiça e Zito a compreensão pela

minha longa ausência dos gramados, os passes nem sempre precisos e os gols quase sempre perdidos.

Aos meus amigos históricos Angelo Rossi e Alexandre Moreno a parceria desde os meus primeiros anos de vida.

Aos meus colegas de estágio Felipe Nunes, Clara Carvalho, Fernanda Freitas, Mariana Mesquita e Bruno Caputo a valorosa colaboração para meu amadurecimento pessoal e profissional.

"De Estetino, no (mar) Báltico, até Trieste, no (mar) Adriático, uma cortina de ferro desceu sobre o continente. Atrás dessa linha, estão todas as capitais dos antigos estados da Europa central e oriental. Varsóvia, Berlim, Praga, Viena, Budapeste, Belgrado, Bucareste e Sófia; todas essas cidades famosas e suas populações estão no que chamo de esfera soviética, e todas estão sujeitas, de uma forma ou de outra, não somente à influência soviética, mas também a um forte, e em certos casos crescente, controle de moscou."[1]

WINSTON CHURCHIL

"In considering the requirements for the rehabilitation of Europe, the physical loss of life, the visible destruction of cities, factories, mines and railroads was correctly estimated but it has become obvious during recent months that this visible destruction was probably less serious than the dislocation of the entire fabric of European economy. For the past 10 years conditions have been highly abnormal. The feverish preparation for war and the more feverish maintenance of the war effort engulfed all aspects of national economies. Machinery has fallen into disrepair or is entirely obsolete. Under the arbitrary and destructive Nazi rule, virtually every possible enterprise was geared into the German war machine. Long-standing commercial ties, private institutions, banks, insurance companies, and shipping companies disappeared, through loss of capital, absorption through nationalization, or by simple destruction. In many countries, confidence in the local currency has been severely shaken. The breakdown of the business structure of Europe during the war was complete. Recovery has been seriously retarded by the fact that two years after the close of hostilities a peace settlement with Germany and Austria has not been agreed upon. But even given a more prompt solution of these difficult problems the rehabilitation of the economic structure of Europe quite evidently will require a much longer time and greater effort than had been foreseen."[2]

GEORGE C. MARSHALL

[1] Fonte: http://www.seuhistory.com/hoje-na-historia/churchill-usa-expressao-cortina-de-ferro-para-definir-divisao-da-europa. Acessado em 05/12/2015.
[2] Fonte: http://www.oecd.org/general/themarshallplanspeechatharvarduniversity5june1947.htm. Acessado em 05/12/2015.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **11**

0.1) PALAVRAS INICIAIS 11
0.2) OBJETIVOS DO TRABALHO 12
0.3) ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO 12

1 FIM DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL, RECONSTRUÇÃO ECONÔMICA E GUERRA FRIA **13**

1.1) O FIM DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E A NECESSIDADE DE RECONSTRUÇÃO DA EUROPA 13
1.2) O CRESCIMENTO DA INFLUÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS SOBRE A EUROPA 15
1.3) COMEÇO DA GUERRA FRIA 19
1.4) RESUMO DO CAPÍTULO 27

2 DESNAZIFICAÇÃO DA EUROPA: O CASO ALEMÃO **29**

2.1) COLABORACIONISMO E DESNAZIFICAÇÃO DA EUROPA 29
2.2) A DESNAZIFICAÇÃO DA ALEMANHA 33
2.3) DIFICULDADES E OS POUCOS RESULTADOS ENCONTRADOS NA DESNAZIFICAÇÃO EUROPEIA 35
2.4) RESUMO DO CAPÍTULO 39

3 A DESNAZIFICAÇÃO DA EUROPA: O CASO AUSTRÍACO **41**

3.1) O PROCESSO DA DESNAZIFICAÇÃO DA ÁUSTRIA: DO ANSCHLUSS ATÉ A SAÍDA DOS ALIADOS DO PAÍS 41
3.2) EFEITOS DA DESNAZIFICAÇÃO NA ÁUSTRIA 50
3.3) RESUMO DO CAPÍTULO 55

CONSIDERAÇÕES FINAIS **57**

INTRODUÇÃO

0.1) PALAVRAS INICIAIS

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, vários problemas de ordem social, econômica e política surgiram para todos os países europeus envolvidos no conflito, tanto vencedores, quanto perdedores, principalmente para aqueles que foram dominados pelos nazistas. Os principais desafios para o reestabelecimento da relativa normalidade existente antes do conflito estavam relacionados com a reconstrução do continente europeu e a desnazificação do continente.

A reconstrução econômica do continente foi feita de maneira mais incisiva pelos Estados Unidos da América (EUA), primeiramente com empréstimos infrutíferos para os países europeus sob a sua influência, e posteriormente com o lançamento do Programa de Reconstrução da Europa (PRE), em 1948. Esse Programa foi oferecido para todos os países da Europa, inclusive comunistas, tendo como os principais programas econômicos dentro do PRE o Plano Marshall e a Doutrina Truman. O Programa de Reconstrução conseguiu atingir os objetivos esperados. Esse interesse na reconstrução da Europa tinha como objetivo principal para os EUA não perder seus aliados políticos e econômicos europeus para a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Essas intervenções e o oferecimento do Plano Marshall para os países comunistas aumentaram a tensão entre os EUA e a URSS, tendo como resultados o Golpe de Praga na Checoslováquia, em 1948, o bloqueio a cidade de Berlim e a divisão da Alemanha em dois países.

A Áustria, assim como a Alemanha, também sofreu com os efeitos políticos e econômicos da Guerra Fria, mormente no que se refere a sua independência e autonomia política. A Áustria ficou sob domínio e sob a administração do Conselho Aliado por dez anos. O retorno da autonomia austríaca aconteceu somente em 1955, com a assinatura do Tratado de Estado Austríaco e com a declaração da neutralidade, em outubro do mesmo ano.

Com relação à desnazificação, tanto os EUA quanto a URSS buscaram programas e projetos para tentar acabar com os resquícios do nazismo que ainda existiam, mormente nas sociedades e nas instituições públicas dos países que foram

aliados da Alemanha na Segunda Guerra. A Áustria é um exemplo de país que passou por processos de desnazificação, sem ter logrado êxito.

0.2) OBJETIVOS DO TRABALHO

Este trabalho tem como objetivo principal analisar os processos de desnazificação europeia durante a Guerra Fria. Os objetivos específicos são:

a) Contextualizar a situação político-econômica da Europa pós-Segunda Guerra;
b) Compreender a importância dos planos econômicos de recuperação da Europa durante esse período;
c) Definir o conceito de desnazificação e de colaboracionismo;
d) Detalhar os resultados da desnazificação em dois países diretamente ligados ao regime nazista: a Alemanha e, em especial, a Áustria.

0.3) ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O caso austríaco foi trabalhado de maneira mais detalhada pelo fato de haver ainda poucos estudos acadêmicos sobre o processo de desnazificação em seu território. Embora tenha trazido reflexões inéditas a respeito do tema, este TCC encontrou dificuldades em encontrar bibliografia sobre o tema em língua portuguesa e em língua inglesa, exatamente pela escassez de material de referência.

Para alcançar os objetivos almejados, o trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro contextualiza o quadro histórico do pós-Segunda Guerra, com ênfase nos planos de recuperação econômica propostos pelos Estados Unidos. O segundo é destinado aos estudos de desnazificação europeia, fazendo-se do caso alemão um breve estudo de caso. Neste capítulo, são analisados também os resultados da desnazificação. O terceiro capítulo discute a desnazificação da Áustria e os resultados que esse processo obteve no país.

1 FIM DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL, RECONSTRUÇÃO ECONÔMICA E GUERRA FRIA

1.1) O FIM DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E A NECESSIDADE DE RECONSTRUÇÃO DA EUROPA

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, os países europeus envolvidos nesse conflito saíram devastados social e economicamente.[3] Considerada uma guerra total e global[4], em que tanto civis quanto militares foram alvos de ataques, a Segunda Guerra foi o segundo conflito dessa magnitude envolvendo vários países no continente europeu, em menos de 25 anos.

Não existe um número exato de mortos durante o conflito; porém, as estimativas apontam mais mortos civis do que de militares[5]. Oficialmente, cerca de 36 milhões de europeus morreram durante o conflito[6]: cinco milhões de judeus europeus, a maioria nos campos de extermínio e de concentração[7]; 221 mil ciganos europeus; dezesseis milhões de soviéticos, quase o dobro das baixas militares do Exército Vermelho; cinco milhões na Polônia; 350 mil na França.[8] As cidades viraram verdadeiros campos de batalha, como no cerco de Berlim. Além dos campos nazistas e do fogo cruzado nas cidades, doenças e fome também foram responsáveis pelas mortes de civis.[9]

Uma das consequências dos bombardeios e das batalhas de infantaria foi ter deixado milhões de pessoas sem moradia, sendo cerca de 25 milhões de soviéticos e cerca de 20 milhões na Alemanha.[10] Por causa da escala global e total do conflito, muitas cidades europeias[11] tanto do Eixo quanto dos Aliados, foram atingidas pela

---

[3] JUDT, Tony. O legado da Guerra. Em: JUDT, Tony. **Pós-Guerra: Uma História da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
[4] HOBSBAWM, Eric. Guerra Fria. Em: HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
[5] JUDT, 2008, cap. O legado da Guerra.
[6] HERRING, George C. "A Novel Burden Far from Our Shores": Truman, the Cold War, and the Revolution in the U.S. Foreign Policy, 1945-1953. Em: HERRING, George C. **From Colony to Superpower: U.S. Foreign Relations since 1776**. Oxford University Press: New York, 2008.
[7] HOBSBAWM, 2010, cap. Guerra Fria.
[8] JUDT, 2008, cap. O legado da Guerra.
[9] Idem.
[10] Ibidem.
[11] Alguns exemplos de cidades que foram alvos de ataque: Kiev, na Ucrânia, e Varsóvia, na Polônia, foram quase destruídas pelas forças nazistas; Dresden, localizada na parte leste da Alemanha, ficou mais de 90% destruída pelo bombardeio aliado; Hiroshima e Nagasaki, as duas cidades industriais japonesas, destruídas pelas bombas, após a rendição alemã, em 1945; Londres foi bombardeada pela força aérea alemã; Luftwaffe, bombardeada durante quase um ano inteiro; Berlim, também foi bombardeada e sofreu

Guerra[12]. Os comandantes justificavam a ação contra as cidades por elas serem centros industriais, ou por elas serem capitais, ou seja, centros econômicos e políticos importantes para os países.[13] Tais ações, contudo, atingiram principalmente os civis, que não estavam diretamente relacionadas com o conflito.

Com o fim da confrontação, havia a necessidade de reconstrução do continente, principalmente os setores de habitação e transportes.[14] Segundo Tony Jodt (2008, p. 96), um dos maiores impactos na economia europeia pós-Guerra foi com a oferta de habitações, pois:

> Noventa por cento das moradias de Varvósia foram arrasadas. Apenas 27% dos prédios em Budapeste eram habitáveis em 1945. Na Alemanha, 40% da oferta de casas desapareceu; na Grã-Bretanha, 30%; na França, 20%. Na Itália, 1,2 milhão de habitações foram destruídas, a maioria em cidades com população igual ou superior a 50 mil habitantes.

Com relação aos transportes, eles ficaram praticamente inutilizáveis. Poucas linhas de trem, principal meio de transporte de bens e de pessoas no continente, estavam em condições de operar.[15] Além das linhas de trens, pontes, canais, linhas de bonde e frotas mercantes também sofreram muitas avarias, [16] o que dificultou o transporte e o abastecimento das cidades com mercadorias e alimentos. Consequentemente, tornou-se muito difícil o abastecimento das poucas indústrias restantes e em funcionamento no continente.

Durantes os primeiros três anos do pós-Guerra, a Europa enfrentava muitos problemas para realizar as reconstruções sociais e econômicas necessárias. Uma das razões para essa dificuldade está no fato de a maioria dos países europeus estar sem recursos financeiros e materiais. Para agravar ainda mais a situação, os anos de 1946 e 1947 foram péssimos para a agricultura europeia, devido às plantações estarem destruídas pela Guerra e por causa do clima desfavorável[17]. Os resultados ruins na

---

com cerca de 40 mil toneladas de bombas nos últimos dias do conflito. Essas cidades citadas acima retratam o estado de destruição em que o continente europeu se encontrava no dia 8 de maio de 1945, dia da rendição da Alemanha.

[12] Segundo Judt (2008, p.30), devido a um acordo informal, foram preservadas (dos bombardeios e das destruições da Segunda Guerra) algumas cidades que continham monumentos da Idade Antiga e dos períodos medievais, modernos e renascentistas, como por exemplo, Roma, Veneza, Praga, Paris e Oxford.

[13] JUDT, Tony. O legado da Guerra. Em: JUDT, Tony. **Pós-Guerra: Uma História da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

[14] Idem.

[15] Atualmente, segundo o documento de "Transportes" da União Europeia (2014), as ferrovias perderam muito espaço para o sistema rodoviário durante as últimas décadas.

[16] JUDT, 2008, cap. O legado da Guerra.

[17] HOBSBAWM, Eric. Guerra Fria. Em: HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

agricultura abalaram ainda mais a já combalida economia do continente, gerando mais crises econômicas e alimentares.[18]

Esses sucessivos problemas econômicos geraram a chamada "crise dos dólares" na Europa, em que os países europeus precisavam de dólares para se reconstruírem; porém, como dificilmente conseguiam exportar para o resto dos continentes, os países europeus não tinham dólares para comprar matérias-primas para as suas indústrias e nem alimentos para as suas populações.[19]

1.2) O CRESCIMENTO DA INFLUÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS SOBRE A EUROPA

Devido a essas crises, os países europeus solicitaram ajuda financeira e alimentar principalmente aos Estados Unidos da América (EUA), que não sofreram nenhum ataque em seu território continental[20] e saíram do conflito fortalecidos economicamente, pois, durante toda a Guerra, venderam armas e mantimentos aos países envolvidos no conflito.[21] Além da ajuda dos estadunidenses, a Europa também contou com o apoio econômico e humanitário da Liga das Nações, que auxiliou inclusive no deslocamento dos refugiados. Um dos principais programas de auxílio da Liga das Nações foi a Administração das Nações Unidas para Auxílio e Restabelecimento (ANUAR)[22].

A partir dos projetos da ANUAR, a ONU gastou cerca de 10 bilhões de dólares, entre julho de 1945 e junho de 1947. A maior parte desse dinheiro foi doada, principalmente, pelos EUA, tendo Canadá e Reino Unido também contribuído financeiramente. A ONU também contou com outro projeto para ajudar os refugiados: a Organização Internacional dos Refugiados (OIR), que também teve os Estados Unidos

---

[18] HOBSBAWM, Eric. Guerra Fria. Em: HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
[19] Idem.
[20] Somente a base de Pearl Harbor, na ilha havaiana de Oahu, que foi atacada durante a Segunda Guerra Mundial.
[21] HERRING, George C. "A Novel Burden Far from Our Shores": Truman, the Cold War, and the Revolution in the U.S. Foreign Policy, 1945-1953. Em: HERRING, George C. **From Colony to Superpower: U.S. Foreign Relations since 1776**. Oxford University Press: New York, 2008.
[22] A Liga das Nações deixaria de existir e passaria a ser Organização das Nações Unidas (ONU) em outubro de 1945, mas o programa ainda continuou em funcionamento (JUDT, Tony. O legado da Guerra. Em: JUDT, Tony. **Pós-Guerra: Uma História da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.).

como os maiores credores. Posteriormente, esses dois programas foram substituídos pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).[23]

A ANUAR ajudou predominante alguns países da Europa Oriental, como Polônia, Iugoslávia, Checoslováquia e a União Soviética – a Hungria foi o único país do Eixo que participou do programa. Esse programa, assim como a OIR, tinha como metas principais: a responsabilidade do bem-estar das populações; e o auxílio à repatriação e ao reassentamento de milhões de pessoas deslocadas pela Segunda Guerra Mundial.[24]

Com relação às ajudas prestadas pelos EUA durante os anos iniciais do Pós-Guerra, entre 1945 e 1947, os estadunidenses somente emprestaram dinheiro aos europeus e estes praticamente utilizavam o dinheiro adquirido para pagar empréstimos contraídos durante a Guerra e para comprar alimentos e bens de primeira necessidade, o que postergou a necessária reconstrução europeia[25]. Percebendo que os europeus estavam enfrentando dificuldades para se recuperarem dos efeitos da Guerra, os Estados Unidos, em 1947-48, lançaram planos e programas econômicos e de intercâmbio para ajudarem a Europa, principalmente a parte Ocidental e mais aliada do continente.

O programa mais importante foi o Programa de Reconstrução da Europa (PRE), pois delimitou objetivos estratégicos preciosos e claros para recuperar o crescimento econômico da Europa. O PRE foi um programa de ajuda econômica muito diferente dos empréstimos pontuais anteriores que os EUA faziam para o continente e que pouco ajudaram na recuperação da economia da Europa. O maior plano econômico do PRE foi o Plano Marshall, em que foram investidos, aproximadamente, 13 bilhões de dólares. A partir desse Programa e desse Plano, a Europa Ocidental começou a se reconstruir e as suas indústrias voltaram a produzir a taxas semelhantes de antes de 1939 dentro de poucos anos.[26]

A maior diferença entre o PRE e a ANUAR foi que o primeiro auxiliou, com maior ênfase, os países localizados na Europa Ocidental; ou seja, quase todos os países que eram parceiros dos EUA localizados nessa parte da Europa receberam os auxílios do PRE e do Plano Marshall. Por outro lado, a ANUAR ofereceu mais ajuda aos países localizados na parte oriental do continente.

---

[23] JUDT, Tony. O legado da Guerra. Em: JUDT, Tony. **Pós-Guerra: Uma História da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
[24] Idem.
[25] Ibidem.
[26] Ibidem.

Ainda com relação à ANUAR, este programa se encerrou em 1947, mesmo ano em que os EUA, os principais doadores, decidiram não mais contribuir e lançaram os seus próprios planos e programas de reconstrução da Europa. Apesar de terem um caráter universal oficial (os Estados Unidos ofereceram ajuda aos países comunistas e soviéticos, porém, o governo de Kremlin orientou os seus aliados a não aceitar as ofertas do bloco capitalista)[27], somente os países aliados aos norte-americanos foram beneficiados pelos recursos desses planos.

Ainda sobre o PRE, o Plano Marshall foi de extrema importância, pois não tinha o caráter anterior dos empréstimos como fundos de desastres pontuais, e sim "de um programa estratégico de recuperação e crescimento" (JUDT, p. 105, 2008).

O Plano Marshall tinha como objetivo principal impulsionar a recuperação econômica e agrícola, garantir mercados de exportação dos produtos europeus e evitar mais baixas nas produções[28]. O Plano teve a intenção de fazer, novamente, da Europa o maior parceiro comercial dos EUA.[29]

Outras diferenças entre o Plano Marshall e os empréstimos pontuais eram que os países que aceitavam esses empréstimos dos norte-americanos deveriam acatar alguns compromissos econômicos para conseguir receber os dólares. O governo francês, por exemplo, para conseguir empréstimo, teve que diminuir as taxas dos produtos importados norte-americanos e diminuir as barreiras protecionistas.[30] Dessa maneira, os dólares dos empréstimos duravam pouco tempo e eram pouco utilizados na reconstrução do país, pois os acordos eram pouco rentáveis para os países devedores. O governo norte-americano observou que os empréstimos estavam fazendo pouco efeito para reconstruir os seus países aliados, e, por isso, decidiu lançar o PRE sem tantas restrições comerciais.

O Plano Marshall, também chamado de "Ajuda Marshall"[31], impunha algumas contrapartidas aos países aderentes a ele. Os governos deveriam fazer um planejamento econômico e uma avalição de necessidade de investimentos norte-americanos no futuro; reduzir o protecionismo; e estabelecer comércios multilaterais – ao contrário do

---

[27] JUDT, Tony. A Reabilitação da Europa. Em: JUDT, Tony. **Pós-Guerra: Uma História da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
[28] LOWE, Norman. A Guerra Fria. Em: LOWE, Norman. **História do Mundo Contemporâneo.** Porto Alegre: Penso, 2011.
[29] JUDT, 2008, cap. A Reabilitação da Europa.
[30] Idem.
[31] Ibidem.

predomínio do comércio bilateral entre Europa e EUA que durou até o fim do conflito. Ainda sobre o Plano Marshall, esse plano financiou programas de intercâmbio de gerentes, técnicos e sindicalistas europeus, maioria homens, para estudar o estilo dos empresários dos Estados Unidos.[32]

Esses requisitos necessários para que um país recebesse a ajuda financeira, demonstram que os Estados Unidos estavam tentando modelar, indiretamente, a economia europeia aos seus interesses e aos interesses do capitalismo. Os EUA fizeram essa "modelação" indireta, pois a maioria dos países europeus estava resistente em aceitar as ajudas dos norte-americanos. Para esses europeus era humilhante depender de ajudas econômicas e de proteção americanas.[33]

Além do Plano Marshall, outro projeto de ajuda dos EUA na Europa foi a Doutrina Truman. Diferentemente do Plano Marshall, a Doutrina, além de ser um pacote econômico de ajuda, principalmente à Grécia e à Turquia, foi também uma colaboração militar contra uma guerrilha comunista que estava atacando e querendo tomar o poder nesses países. Inicialmente, quem estava ajudando a manter o "controle" deles era a Grã-Bretanha; porém, o governo britânico informou aos Estados Unidos que não tinha mais condições financeiras de continuar lutando contra o comunismo nessas regiões e, assim, pediu auxílio aos EUA. [34]

Esses dois projetos liderados pelos EUA – Doutrina Truman e Plano Marshall – tinham em comum, além de ajudar economicamente o continente europeu, o objetivo de não deixar o comunismo crescer, principalmente, nas áreas de influência estadunidense.

Para conseguir a liberação dos fundos necessários para a Doutrina Truman, foi preciso que o presidente Harry Truman, o secretário de Estado George Marshall[35] e o subsecretário Dean Acheson persuadissem o Congresso norte-americano. Eles afirmaram que, sem essa ajuda econômica e militar, Grécia e Turquia sucumbiriam ao comunismo e, com isso, os Estados Unidos "perderiam" dois aliados do liberalismo econômico e da democracia. O subsecretário norte-americano Dean Acheson foi além:

---

[32] JUDT, Tony. A Reabilitação da Europa. Em: JUDT, Tony. **Pós-Guerra: Uma História da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
[33] Idem.
[34] KISSINGER, Henry. O sucesso e a dor da Contenção. Em: KISSINGER, Henry. **Diplomacia.** Lisboa: Gradativa, 2007.
[35] Ele foi criador do plano e por isso o seu nome foi colocado no plano, como uma espécie de homenagem.

afirmou que, em um futuro próximo, o comunismo poderia levar a melhor sobre o capitalismo.[36]

Kissinger (2007, p. 394) transcreveu um trecho desse discurso ideológico de Acheson para os congressistas, em 27 de fevereiro de 1947:

> **Apenas duas grandes potências restaram no mundo [...] Os Estados Unidos e a União Soviética. Chegámos a uma situação sem paralelo desde os tempos remotos. Desde os tempos de Roma e Cartago que não existia uma tal polarização de poder na Terra.** [...] Para os Estados Unidos levar a cabo o fortalecimento dos países ameaçados pela agressão soviética ou pela subversão comunista [...] era proteger a segurança dos Estados Unidos – era proteger a liberdade. (Grifos nossos).

Nesse discurso, Acheson praticamente declara, segundo a perspectiva do próprio subsecretário, o começo da Guerra Fria entre o capitalismo dos Estados Unidos e o comunismo da União Soviética.

1.3) COMEÇO DA GUERRA FRIA

Como vimos anteriormente, os EUA não realizaram os programas e planos econômicos visando somente à reconstrução da Europa no Pós-Guerra, pois, a cada ajuda dos norte-americanos, havia um objetivo político-econômico e ideológico por trás. O maior medo dos Estados Unidos era que a Europa, um de seus mais importantes aliados e parceiros comerciais, se transformasse em um continente comunista.

Também vimos que a Europa se encontrava em uma situação de caos político, econômico e social nessa época, o que favorecia o surgimento de novas ideias e questionamentos à ordem social e política que existia antes da Segunda Guerra.[37] Hobsbawm (2010, p.228), Sean Purdy *et al* (2011, p. 228 e 229) e Antonio Pedro Tota (2009, 177) conseguem nos mostrar essa preocupação dos EUA com relação às instabilidades apresentadas pelos países europeus, nos seguintes trechos:

> No fim da guerra os países beligerantes, com exceção dos EUA, haviam se tornado um campo de ruínas habitados pelo que pareciam aos americanos povos famintos, desesperados e provavelmente propensos à radicalização, mais que dispostos a ouvir o apelo da revolução social e de políticas

[36] KISSINGER, Henry. O sucesso e a dor da Contenção. Em: KISSINGER, Henry. **Diplomacia.** Lisboa: Gradativa, 2007.
[37] HOBSBAWM, Eric. Guerra Fria. Em: HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

> econômicas incompatíveis com o sistema internacional de livre empresa, livre comércio e investimento pelo qual os EUA e o mundo iriam ser salvos." (HOBSBWAM, 2010, p.228)
>
> O Plano Marshall de 1948, no qual os Estados Unidos emprestaram US$16 bilhões para reconstruir a Europa, e outros programas de desenvolvimento econômico no pós-guerra tiveram tanto motivos políticos quanto econômicos: a ajuda econômica seria usada para fortalecer os parceiros não comunistas e prevenir, nesses países, desafios radicais à hegemonia norte-americana com ações como as empreendidas para domar os poderosos partidos comunistas da Itália e da França no fim dos anos 1940. (KARNAL *et al*, 2011, p. 228 e 229)
>
> Após a devastação causada pela Segunda Guerra Mundial e diante de novos desafios, os americanos viam seu país como o farol da liberdade e da democracia para o mundo. Uma posição tomada não por presunção política, mas, de certa forma, delegada pelas antigas potências europeias(...). E, se havia um mal ser combatido, esse mal não era outro senão o comunismo soviético. (TOTA, 2009, p.177)

A partir desses trechos acima, podemos afirmar que o comunismo se apresentava, para os europeus desse período, como uma alternativa a um sistema político-econômico visto, pela maioria da população europeia, como falido e antiquado, incapaz de conseguir a paz na Europa e no mundo em menos vinte anos. Devido ao receio dos norte-americanos de perderem espaço no continente europeu, os EUA emprestaram e, em alguns casos, "deram" dólares para países e partidos políticos que fossem seus aliados, visando à manutenção do *status quo* da política europeia[38].

Dessa maneira, os EUA conseguiram manter as suas alianças e parceiras políticas, principalmente na parte Ocidental do continente, mas também começaram a gerar conflitos diplomáticos e inimizades com o Leste Europeu, principalmente com a União Soviética. Os Estados Unidos tinham receio de que o comunismo ganhasse terreno político nas suas zonas de influências na Europa Central e Ocidental e também no continente asiático, pois a URSS estava ajudando e incitando partidos socialistas e comunistas europeus[39] a se elegerem democraticamente em países aliados dos Estados Unidos, como a França e a Itália.

Por outro lado, a União Soviética também temia que o avanço do capitalismo e do liberalismo, por meio da ajuda econômica oferecida pelos norte-americanos aos seus

---

[38] JUDT, Tony. Reabilitação da Europa. Em: JUDT, Tony. **Pós-Guerra: Uma História da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

[39] Segundo Judt (p.93, 2008) o governo de Kremlin estava disposto a se realinhar com os partidos socialistas europeus, pois, para os soviéticos, essa era uma das melhores saídas para conseguirem assumir os governos por meio democrático nas zonas de influências norte-americanas.

países satélites, poderia influenciar um governo de economia comunista a se transformar em um aliado estadunidense, e assim deixar de ser um satélite soviético.

Tota (2009, p. 178) explica que "Estados Unidos e União Soviética realçaram sua influência onde seus exércitos haviam chegado primeiro durante a guerra."[40]

O medo soviético quase se transformou em realidade, quando o governo checoslováquio recusou receber a ajuda do Plano Marshall, somente após Josef Stalin pressionar o governo de Benéš para não aceitar a oferta.

Apesar de ter recusado fazer parte do PRE dos EUA, a Checoslováquia somente declinou a oferta econômica norte-americana por pressão do governo soviético, o que foi interpretado pelos soviéticos como uma demonstração de traição e de fragilidade do sistema comunista perante o mundo capitalista. O motivo para essas interpretações era que, por ser um país satélite da URSS e por ter um governo comunista legitimamente eleito, demonstrava que o regime comunista do Kremlin não estava conseguindo abastecer e reconstruir países que estavam sob sua "tutela". O ápice da crise na relação entre esses governos do leste europeu foi a demissão de ministros checoslováquios, em protesto contra a presença comunista na polícia e nos sindicados[41].

O governo soviético utilizou essas demissões como pretexto para agir. Em fevereiro de 1948, tomou o poder em um golpe armado. Esse golpe foi interpretado pelo bloco de países capitalistas como a única maneira de o partido comunista conseguir a vitória nas eleições que aconteceriam em maio. O partido comunista checoslováquio tinha perdido bastante apoio popular após a recusa dos seus políticos na participação do país no PRE dos EUA. [42] A oferta de ajuda econômica norte-americana ajudaria o país a se reconstruir mais rápido e poderia acabar com a recorrente escassez de comida no país[43].

O Golpe de Praga, como ficou conhecido esse evento, não foi bem visto pelos países do bloco capitalista, pois o governo checoslováquio tinha boas relações com os governos ocidentais, principalmente com os EUA. Após o golpe as relações com os

---

[40] TOTA, Antonio Pedro. Vendo tudo vermelho: Paranoia e anticomunismo. Em: TOTA, Antonio Pedro. **Os americanos.** São Paulo: Contexto, 2009.
[41] LOWE, Norman. A Guerra Fria. Em: LOWE, Norman. **História do Mundo Contemporâneo.** Porto Alegre: Penso, 2011
[42] JUDT, Tony. Reabilitação da Europa. Em: JUDT, Tony. **Pós-Guerra: Uma História da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
[43] LOWE, Norman. A Guerra Fria. Em: LOWE, Norman. **História do Mundo Contemporâneo.** Porto Alegre: Penso, 2011

ocidentais ficaram mais frias e mais distantes, pois a ação comunista foi interpretada pelos aliados dos EUA como um avanço dos soviéticos na Europa Ocidental.[44]

Judt (2008) analisa essa ação promovida pelos soviéticos como necessária para que governo de Stalin não perdesse a sua autoridade nos territórios do Leste europeu e, principalmente, na Alemanha que estava dividida, embora até 1948 fosse um país neutro. [45] A partir de 1944, a Alemanha foi alvo de disputas entre norte-americanos e soviéticos para saber quem dominaria o país.

Por ainda estar ressentido pelas ações nazistas contra a União Soviética, Stalin foi o principal opositor de uma Alemanha unificada. Para o líder soviético, a Alemanha deveria ser divida em zonas de ocupação. Os demais países europeus ocidentais, como a França, gostariam que a Alemanha fosse um país neutro, mas enfraquecido, tanto politicamente, quanto economicamente. [46]

A divisão da Alemanha foi feita durante as Conferências de Yalta e Postdam, no ano de 1945. As potências europeias e norte-americanas preferiram optar pela divisão em quatro zonas de ocupação[47]: três capitalistas – EUA, França e Reino Unido – e uma comunista ao leste – que pertencia à URSS. Berlim, apesar de ficar localizada na área soviética do país, também foi dividida em quatro zonas de ocupação. A Áustria, aliada da Alemanha nas duas Grandes Guerras Mundiais, também sofreu o mesmo processo de divisões alemão.

Ainda na Conferência de Yalta, foram abordados vários temas, dentre eles a criação da Organização das Nações Unidas para substituir a fracassada Liga das Nações; a divisão da Alemanha e da Áustria em zonas de ocupação; e a assinatura de acordo para realização de eleições nos países do Leste europeu. Essa reunião contou com a participação de três líderes dos Aliados: Stalin, pela URSS, Churchill, pelo Reino Unido, e Roosevelt, pelos EUA.[48]

A Conferência de Potsdam, em julho de 1945, foi marcada pela troca dos líderes estadunidenses – Roosevelt por Truman – e britânico – Churchill por Attlee. Stalin foi o único dos três que participaram de Yalta que continuou no poder. Além da troca de 2/3

---

[44] JUDT, Tony. A Reabilitação da Europa. Em: JUDT, Tony. **Pós-Guerra: Uma História da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
[45] Idem.
[46] Ibidem.
[47] A Alemanha não foi a única a sofrer essas divisões em quatros zonas de ocupação, a Áustria também foi dividida dessa maneira.
[48] LOWE, Norman. A Guerra Fria. Em: LOWE, Norman. **História do Mundo Contemporâneo.** Porto Alegre: Penso, 2011.

dos líderes presentes, a dificuldade de diálogo e de negociação entre os três países também foi outro aspecto marcante dessa reunião. Em Potsdam foram debatidos, principalmente, assuntos com relação ao futuro da Alemanha: o tempo e o modo como o país deixaria de ser dividido por zonas de ocupação e voltaria a ser unificado; o desarmamento e a impossibilidade de formação de um exército; o julgamento dos participantes e dos colaboradores do partido nazista; e a discussão acerca da indenização dos danos causados durante a Segunda Guerra, que o país deveria pagar. Um dos pontos que ficou em aberto foi justamente o prazo para que os países desocupassem a Alemanha, pois não houve um consenso entre os líderes europeus e norte-americano sobre esse tema. [49]

Em 1º de junho de 1948, os líderes ocidentais começaram os debates, em Londres, para a criação de um país alemão "independente", mas que continuasse a ser aliado político e comercial, principalmente dos EUA. Em 18 de junho, foi instituída a nova moeda nessa zona ocidental, o *Deutschemark*, sendo o antigo Reichsmark retirado de circulação.[50]

Logo após a criação do *Deutschemark*, em 23 de junho de 1948, os soviéticos responderam com a criação de uma moeda alemã também, o *Mark*, que deveria circular em sua zona de domínio. No dia 24 de junho, em retaliação a essas tentativas de criação de um país "livre" na Alemanha Ocidental, Stalin ordenou o fechamento das fronteiras e estabeleceu o bloqueio dos abastecimentos terrestres entre Berlim e a parte ocidental da Alemanha. O objetivo com o fechamento do abastecimento de Berlim era "forçar o Ocidente a optar entre desistir de Berlim ou então abandonar os planos relativos a um Estado alemão ocidental. Era isso o que Stalin realmente queria – Berlim era para ele sempre um ponto de negociação – (...)." (JUDT, 2008, p. 159)

O bloqueio de Berlim foi um marco na Guerra Fria com relação à diplomacia estadunidense e soviética, pois foi um dos piores momentos diplomáticos em todo o período da Guerra Fria, o que por pouco não desencadeou um conflito militar direto entre os EUA e a URSS.

Stalin se valeu da não existência de nenhum protocolo a respeito dos bloqueios do abastecimento de Berlim durante as Conferências de Yalta e Potsdam. A única saída

---

[49] LOWE, Norman. A Guerra Fria. Em: LOWE, Norman. **História do Mundo Contemporâneo.** Porto Alegre: Penso, 2011.

[50] JUDT, Tony. A Reabilitação da Europa. Em: JUDT, Tony. **Pós-Guerra: Uma História da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

encontrada pelos britânicos e norte-americanos foi abastecer por aviões a cidade de Berlim. Eles ficaram responsáveis pelo abastecimento da cidade alemã, pois os franceses estavam passando por uma crise política nesse período, em que não conseguiram eleger um governo na Assembleia Nacional.[51] O governo estadunidense estava confiante que o governo soviético não abateria nenhum avião seu, sob o risco de que um conflito militar fosse criado.

Esse abastecimento aéreo começou em 26 de junho de 1948 e terminou em 12 de maio de 1949. Foram aproximadamente 2,3 milhões de toneladas de alimentos transportados entre 277.500 voos realizados durante um período de quase onze meses. Os aliados decidiram abastecer a cidade de Berlim, mesmo tendo um custo muito elevado, pois, após o Golpe de Praga, decidiram que não iriam mais ceder aos avanços soviéticos. Percebendo que os britânicos e os EUA não iam desistir de Berlim, Stalin solicitou um encontro com os Ministros das Relações Exteriores dos três países para discutirem sobre um possível adiamento nos planos para a criação do Estado alemão na parte Ocidental do país, mas os aliados recusaram a oferta soviética.[52]

Essa crise diplomática gerada pelo bloqueio ao abastecimento de Berlim suscitou três consequências para a Europa e para os EUA. Uma das consequências foi, justamente, a criação da República Federal da Alemanha, em junho de 1949. As potências capitalistas decidiram fundir as zonas de ocupação e criaram um “novo” país, com governo próprio, localizado na cidade de Bonn, e com moeda própria. O Estado soviético da Alemanha Oriental somente foi criado em outubro, chamado de República Democrática Alemã, cuja capital foi Berlim Oriental.[53] O processo de unificação da Alemanha somente viria acontecer em 1989, quarenta anos após a divisão do país, quando o comunismo soviético e a Guerra Fria começaram a se desintegrar.

Outra consequência foi um maior envolvimento e comprometimento militar dos Estados Unidos no continente europeu[54]. Depois do Golpe de Praga e com o bloqueio ao abastecimento de Berlim, cresceu o receio nos Estados Unidos de que o governo soviético estava tentando dominar territórios localizados na zona de influência norte-americana.

---

[51] JUDT, Tony. A Reabilitação da Europa. Em: JUDT, Tony. **Pós-Guerra: Uma História da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
[52] Idem.
[53] Ibidem.
[54] JUDT, Tony. O Acordo Impossível. Em: JUDT, Tony. **Pós-Guerra: Uma História da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

A terceira consequência foi a reavaliação dos planos e alianças militares dos países europeus ocidentais e dos EUA, com o objetivo de proteger a Europa Ocidental de uma interferência soviética similar ao que aconteceu em Praga e em Berlim[55].

Um evento que está diretamente relacionado com o resultado dessas últimas duas consequências do bloqueio de Berlim foi a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 1949. Antes da OTAN, havia um tratado que serviria como base para a criação da OTAN. Esse tratado foi o Pacto de Bruxelas, criado em 17 de março de 1948, o qual tinha como países signatários a Grã-Bretanha, a França e os países do Benelux (Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo).[56] O Pacto nasceu por causa do medo desses países em sofrer um ataque similar ao da Checoslováquia em seus territórios. Assim, resolveram criar um órgão que fosse comprometido em ajuda mútua militar entre os países signatários desse acordo.

Mesmo com a criação desse Pacto, a Grã-Bretanha não se sentia segura e o Ministro das Relações Exteriores britânico, Ernest Bevin, pediu para que outros países europeus e do Atlântico Norte fizessem parte dessa aliança, principalmente, os Estados Unidos. Dessa maneira, em 1949, a OTAN foi criada, com a participação dos países do Pacto de Bruxelas, mais Canadá, dez países europeus e os Estados Unidos.[57] A União Soviética somente conseguiu criar uma organização similar à OTAN em 1955, chamada de Pacto de Varsóvia.

A OTAN tinha como um dos objetivos "manter os russos por fora, os americanos por dentro e os alemães por baixo", segundo o primeiro secretário-geral da Organização, lorde Ismay (*apud* Judt, 2008, p.164); ou seja, a ideia de criar a OTAN era manter a URSS sob controle e afastada da zona europeia capitalista; colocar a força militar dos EUA dentro da Europa; envolver os norte-americanos nos problemas diplomáticos europeus. Deixar os alemães por baixo era uma maneira de evitar mais revanchismos e evitar também que a Alemanha voltasse a ser uma grande potência econômica e militar, como ela tinha sido até o fim da Segunda Guerra Mundial. Esse medo em relação à Alemanha vinha, principalmente, dos franceses. A OTAN também

---

[55] JUDT, Tony. O Acordo Impossível. Em: JUDT, Tony. **Pós-Guerra: Uma História da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
[56] Idem.
[57] Ibidem.

tinha a missão de evitar que novas guerras e conflitos acontecessem, inclusive, esse era o maior motivo, para alguns países europeus, para a criação desse órgão[58].

A criação dessa organização militar representou uma mudança significativa na mentalidade e nas negociações na Europa e nos EUA, pois, após a Guerra, e com um medo cada vez maior de um conflito militar entre Estados Unidos e União Soviética, os países europeus começaram a dividir informações e a cooperar muito mais com os norte-americanos. Essa integração era vista como essencial pelos países europeus para que o continente evitasse entrar em mais conflitos.

A OTAN representou um marco em relação ao envolvimento dos Estados Unidos no mundo europeu, pois, até a Segunda Guerra, os EUA preferiram optar por não se envolver no rearranjo político e econômico europeu no pós-Primeira Guerra. Mas nesse momento a situação europeia envolvia diretamente os interesses econômicos e políticos norte-americanos, pois os EUA corriam o risco de perder aliados comerciais se deixassem que o comunismo da União Soviética aumentasse sua influência nos governos europeus ocidentais. Dessa maneira, a solução encontrada pelo governo estadunidense foi participar, mesmo a "contragosto" de alianças militares, pelo menos no início, para defender seus interesses no continente europeu. Judt (2008, p. 162) nos mostra essa participação a "contragosto" nesse trecho:

> Em 1947, poucos observadores previam que os Estados Unidos se comprometessem com uma aliança militar europeia. Na realidade, no Congresso norte-americano, muitos relutavam em aprovar o Artigo V do tratado (que obrigava os participantes da OTAN a oferecer ajuda recíproca, em caso de agressão), e este só obteve a aprovação do Congresso depois de três meses de debate, porque o documento foi apresentado como um pacto de defesa do Atlântico, e não uma aliança europeia-americana. A bem dizer, quando apresentou ao Senado a proposta do governo, Dean Acheson teve o cuidado de ressaltar que os EUA não manteriam uma presença militar substancial em solo europeu.

Nem todos os países europeus puderam ou quiseram fazer parte da OTAN ou do Pacto de Varsóvia, como, por exemplo, a Áustria.

A antiga potência europeia sofreu um processo de divisão por zonas de ocupação parecida com a Alemanha no fim da Segunda Guerra e somente conseguiu retomar a sua independência e a sua autonomia com a assinatura do Tratado de Estado Austríaco, quase no mesmo dia da criação do Pacto de Varsóvia, em 1955. Durante esse período de

---

[58] JUDT, Tony. O Acordo Impossível. Em: JUDT, Tony. **Pós-Guerra: Uma História da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

dez anos após o fim da Segunda Guerra até o Tratado de Estado, a Áustria tinha medo de ser dividida em dois países como foi feita com a Alemanha, e, por isso, o governo austríaco tentou não desagradar nem os norte-americanos e nem o governo da URSS[59].

1.4) RESUMO DO CAPÍTULO

Como analisado anteriormente, ao final da Segunda Guerra Mundial, o momento era de desespero e de desilusão para a maioria dos países envolvidos, principalmente os europeus. Os únicos países que tinham condições de socorrer a Europa nos primeiros anos após Guerra foram os Estados Unidos e a União Soviética.

Os EUA tentaram ajudar, primeiramente, com empréstimos aos países europeus, o que acabou não dando certo, pois os norte-americanos colocaram muitas cláusulas comerciais como garantias de empréstimos. Depois desse fracasso e de perder milhões de dólares, os EUA decidiram lançar o Programa de Reconstrução da Europa, contendo objetivos específicos de recuperar, o mais rápido possível, a economia europeia e de diminuir os avanços do comunismo nos países aliados dos EUA. Os principais planos de ajuda econômica do PRE foram o Plano Marshall e a Doutrina Turman.

Essas ajudas econômicas norte-americanas despertaram interesse de países aliados da União Soviética, como por exemplo a Checoslováquia, em participar do PRE. A URSS pressionou seus países aliados para que não aceitassem ofertas de ajuda norte-americanas. Essa recomendação gerou insatisfações, principalmente na Checoslováquia, e como medida para acabar com essas revoltas internas, a URSS decidiu invadir a Checoslováquia em 1948, episódio conhecido como Golpe de Praga.

Como efeito do Golpe de Praga, os países que administravam a parte ocidental da Alemanha começaram a elaborar um projeto de separação do país germânico e a criação de um país aliado dos EUA e da Europa Ocidental. Esse projeto não agradou o governo soviético e teve como retaliação o bloqueio do abastecimento terrestre da cidade de Berlim pelos aliados. O bloqueio a Berlim foi fracassado e teve como principais consequências a criação de duas “Alemanhas” e da OTAN. Em resposta à criação da OTAN, a URSS elaborou o Pacto de Varsóvia, alguns anos depois.

---

[59] BISCHOF, Günter. Cold War. Em: BISCHOF, Günter **Relationships/ Beziehungsgeschichten**: Austria and the United States in the Twentieth Century. TRANSATLANTICA vol. 4, StudienVerlag. Innsbruck: 2014.

Mesmo sendo acordos e alianças militares com objetivo de evitar novos conflitos bélicos no continente europeu, houve países que recusaram em participar tanto do Pacto de Varsóvia quanto da OTAN, como foi o caso da Áustria. O governo austríaco temia que, se apoiasse os norte-americanos ou os soviéticos, poderia ter as mesmas consequências da Alemanha: ser dividida em dois países. Dessa maneira, a Áustria buscou, desde que foi dividida em quatro zonas de ocupação ao final da Segunda Guerra, sua independência e o retorno de sua autonomia política. Para conseguir isso, o governo austríaco entendeu que o único caminho era buscar uma neutralidade similar à da Suíça.

No próximo capítulo, debatemos os processos de desnazificação da Europa, após o fim da Segunda Guerra Mundial, e analisamos o processo alemão de desnazificação.

2 DESNAZIFICAÇÃO DA EUROPA: O CASO ALEMÃO

2.1) COLABORACIONISMO E DESNAZIFICAÇÃO[60] DA EUROPA

Como mostramos no capítulo anterior, a Europa precisou passar por reconstruções econômicas e materiais. Ao mesmo tempo em que recebia ajuda econômica, os países que foram dominados pelo regime nazista passavam por um período de reconstrução social/cultural comandado pelos países Aliados. Essa reconstrução social/cultural ocorreu nas tentativas de expurgar os membros nazistas e fascistas ainda presentes nessas sociedades. Além disso, os Aliados, em especial os norte-americanos, também tinham como objetivo "plantar as sementes da democracia e da liberdade na vida pública alemã" (JUDT, 2008; p.70). Esse período ficou conhecido como desnazificação[61].[62]

Os programas mais utilizados para acabar com o nazismo no campo das ideias foram a reeducação da sociedade, por meio de visitas aos campos de concentração e de extermínio; exoneração de professores que declaravam apoio ao regime; transmissão dos julgamentos nas rádios; utilização das provas criadas nos julgamentos nas escolas e universidades[63]. O cinema também foi utilizado como medida pedagógica, por meio da exibição de documentários sobre a relação entre o nazismo, o Holocausto e a Segunda Guerra[64].

Com relação aos membros do Partido Nacional Socialista e do Partido Nacional Fascista, os países buscaram identificar, julgar e punir os membros desses Partidos.[65] Para que esse processo desse certo, o Conselho Aliado[66] auxiliou os antigos países

---

[60] Segundo o dicionário da língua portuguesa, Houaiss, desnazificação significa "ato, processo ou efeito de desnazificar(-se)"; e desnazificar significa "deixar de submeter(-se) à doutrina e/ou ao regime nazista; fazer deixar ou deixar de ser nazista." (2009; p.661)

[61] Considera-se a desnazificação tanto para os países que foram libertados do nazismo, como também o caso fascista italiano. Alguns historiadores, como Tony Judt, consideram como um bloco só. Sabe-se das diferenças existentes entre nazismo e fascismo, mas, como o processo foi similar para os dois, decidiu-se englobar as duas ideologias em um só processo. Dessa maneira, o estudo sobre esses acontecimentos fica mais didático. A ênfase será nos estudos da desnazificação alemão e austríaca.

[62] JUDT, Tony. Punição. Em: JUDT, Tony. **Pós-Guerra: Uma História da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

[63] Idem.

[64] Ibidem.

[65] Ibidem.

[66] Conselho administrativo formado pelos quatro países vencedores da Guerra na Europa (França, Grã-Bretanha, EUA e URSS). Esse Conselho limitava os poderes políticos e a autonomia política do país, no qual ele estava instalado. Dessa forma, o país que tinha o Conselho Aliado instalado em seu território não podia aprovar leis sem que os projetos fossem aprovados, primeiramente, pelo Conselho Aliado. Leis de

dominados na criação de tribunais militares e populares para os julgamentos legais dos nazistas.[67]

Quase todos os países da Europa Ocidental, Central e muitos países do Leste europeu foram ocupados, ou tiveram os territórios anexados, ou eram aliados dos países do Eixo. Poucos países foram poupados dos avanços do exército nazista, como Portugal, Espanha, Suíça e Suécia, que declararam neutralidade durante a Guerra e não tiveram os seus territórios invadidos e/ou ficaram sob administração da Alemanha nazista.[68]

A desnazificação foi um processo que começou em 1945 e terminou em muitos países em 1948. Esse curto período de atividade se deve ao começo da Guerra Fria[69] e ao redirecionamento dos esforços e dos programas antinazistas para projetos antiamericano e antissoviético[70]. Os projetos e programas de desnazificação foram criados, mormente, para atuarem em países que sofreram dominação ou foram colaboradores do regime nazista, durante a Segunda Guerra. A desnazificação tinha como principais estratégias de ação[71]: a reeducação da população; a identificação de colaboradores, membros e de participantes ativos do partido e do regime nazista; a perseguição, a acusação, o julgamento e a punição de filiados e de grandes intelectuais que tiveram ligação com os partidos nacional-socialistas e fascistas.

Por colaboradores, entendemos como aquelas pessoas que participaram do regime de dominação nazista, que trabalharam diretamente ou indiretamente com os nazistas, que forneceram informações sobre pessoas procuradas pelo regime (políticos, minorias étnicas, por exemplo), mas não necessariamente eram nazistas ou fascistas. Os colaboracionistas ajudaram os nazistas com objetivo de conseguirem favores políticos, econômicos ou até mesmo proteção pessoal. Segundo Judt (2008, p. 56), "eram homens e mulheres que selavam a própria sorte com a sorte dos nazistas ou fascistas e que, com

---

âmbito regional não precisavam, necessariamente, passar pelo Conselho, mas as propostas de leis federais, de segurança nacional e de relações internacionais, deveriam passar pela aprovação do Conselho, antes de irem para a aprovação no parlamento. Sobre o assunto ver: STUHLPFARRER, Karl. Áustria - neutralidade permanente: A política externa austríaca desde 1945. Serviço Federal de Imprensa: Viena, 1984.

[67] JUDT, Tony. Punição. Em: JUDT, Tony. **Pós-Guerra: Uma História da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

[68] LOWE, Norman. A Guerra Fria. Em: LOWE, Norman. **História do Mundo Contemporâneo.** Porto Alegre: Penso, 2011

[69] JUDT, 2008, cap. Punição.

[70] Idem.

[71] KNIGHT, Robert. **Dezanification and Integration in the Austrian Province of Carinthia.** In: *The Journal of Modern History*, Vol. 79, No. 3 (September 2007), p. 572-612.

oportunismo, buscavam vantagens políticas ou econômicas valendo-se do contexto da guerra."

No começo da libertação dos governos nazistas europeus pelos Aliados, a desnazificação foi feita, em um primeiro momento, pelos movimentos de resistência que existiam na maioria dos países dominados, como França, Itália, Bélgica e Holanda[72]. Nesse momento de transição entre a administração nazista, a libertação dos países pelas forças Aliadas e a constituição de um novo governo legítimo, aconteceram verdadeiros derramamentos de sangue entre os membros das resistências contra os colaboradores do antigo regime nazista. Aproximadamente dez mil pessoas foram mortas na França em processos "extrajudiciais"; cerca de quinze mil pessoas na Itália; por volta de 265 pessoas na Bélgica; e cem pessoas na Holanda[73]. Os fuzilamentos eram os meios mais comuns nesses casos de assassinatos[74]. Não se tem certeza sobre o número exato de mortes que ocorreram durante esse período, pois há poucos registros[75]. A partir do momento em que o Estado assumia as responsabilidades dos julgamentos e dos processos contra nazistas, os registros de punições começavam a ficar mais frequentes.

Esses assassinatos aconteceram muito em decorrência de sentimentos de vinganças oriundos dos grupos de pessoas que eram perseguidos pelos nazistas[76]. Esses atos eram, inclusive, "justificados" pela lei[77]. Ademais, algo interessante de se notar é que o colaboracionismo somente começou a ganhar conotação de crime por traição a partir da Segunda Guerra Mundial[78].

As mulheres foram um dos grupos sociais mais acusado de colaboração com os nazistas. Inclusive, em alguns casos, elas delatavam outras mulheres de supostas relações sexuais com nazistas.[79] Judt (2008, p. 57) afirma que:

> a frequência com que mulheres eram acusadas – não raro por outras mulheres – de ter relações com alemães é reveladora. Havia um fundo de verdade em muitas acusações: a oferta de favores sexuais em troca de comida, roupas ou algum tipo de auxílio pessoal era um caminho, muitas vezes o único, disponível a mulheres e famílias em situações desesperadoras.

---

[72] JUDT, Tony. Punição. Em: JUDT, Tony. **Pós-Guerra: Uma História da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
[73] Idem
[74] Ibidem
[75] JUDT, 2008, cap. Punição.
[76] Idem.
[77] Na França, por exemplo, a colaboração era vista como crime de traição.
[78] JUDT, 2008, cap. Punição.
[79] Idem.

A libertação dos países sob o domínio nazista começou, de maneira efetiva, em 1945 e foi feita pelos países Aliados, principalmente pelos EUA, pela URSS e pela Grã-bretanha[80]. A França pouco ajudou no processo de desnazificação, pois ela própria estava fazendo o seu processo interno de "caça" aos nazistas[81]. Um dos poucos países de cujos processos antinazistas os franceses participaram mais ativamente, foi a Alemanha[82]. Essa maior participação talvez tenha ocorrido muito por causa ainda do sentimento de revanchismo e de vingança dos franceses em relação à Primeira Guerra Mundial, e também da subjugação dos franceses aos alemães durante a Segunda Guerra.

Nessas libertações dos países sob o domínio nazista, os Aliados tinham como objetivo principal auxiliar a transição das administrações nacionais-socialistas para os governos provisórios[83]. Nesse primeiro momento, os processos, as perseguições, os julgamentos e as penas dos nazistas eram mais de responsabilidade da administração Aliada, do que dos governos provisórios. Além disso, o tempo de retorno da autonomia política total dos países que foram invadidos ou que colaboraram para o nazismo variou de país para país[84]. Por exemplo, a França e a Itália demoraram pouco tempo para retomar a sua autonomia; por outro lado, a Áustria demorou dez anos para conseguir a sua independência política[85]. Quando os governos provisórios assumiram o comando dos países, foram criados tribunais populares, onde nazistas e colaboracionistas eram processados e julgados por crimes cometidos contra o país e por crimes de guerra[86]. O único caso em que houve acusação de crimes contra a humanidade foi na Alemanha.

Com o tempo, os países foram conseguindo recuperar as suas autonomias políticas. Dessa maneira, embora os objetivos da desnazificação continuassem os mesmos, as desnazificações tomaram proporções diferentes entre os países com relação

---

[80] JUDT, Tony. Punição. Em: JUDT, Tony. **Pós-Guerra: Uma História da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
[81] Idem.
[82] Ibidem.
[83] Em algumas regiões do continente, esses governos provisórios foram eleitos indiretamente, como foi o caso da Áustria. Posteriormente, o Conselho Aliado liberou a população para votar diretamente para a formação de nos novos governos.
[84] JUDT, 2008, cap. Punição.
[85] Durante o período de ocupação, os austríacos não tinham autonomia política total do país e, dessa forma, não podiam aprovar leis sem que os projetos fossem aprovados, primeiramente, pelo Conselho Aliado, formado pelos países que ocupavam a Áustria. Leis de âmbito regional não precisavam, necessariamente, passar pelo Conselho, mas as propostas de leis federais, de segurança nacional e de relações internacionais, deveriam passar pela aprovação do Conselho, antes de irem para a aprovação no parlamento austríaco. Sobre o assunto ver: STUHLPFARRER, Karl. **Áustria - neutralidade permanente: A política externa austríaca desde 1945**. Serviço Federal de Imprensa: Viena, 1984.
[86] JUDT, 2008, cap. Punição.

aos métodos aplicados nas identificações, nos julgamentos e nas punições dadas aos nazistas. Por isso, a quantidade de pessoas processadas por terem vínculos com os nazistas e as sentenças dessas para os crimes cometidos variavam de país para país[87], como podemos analisar nos seguintes casos:

A Noruega tinha cerca 55 mil membros do partido colaboracionista dos nazistas, o Nasjonal Sammlung, e todos eles foram julgados, sendo que dezessete mil receberam penas de detenção, e trinta, sentenças de morte[88].

Por outro lado, na Holanda, duzentas mil pessoas foram investigadas (com exceção de empresários, profissionais da área da educação e das profissões liberais que quase não foram processados). Cerca de metade desse número foi detida por ter adotado a saudação nazista; 17500 funcionários públicos foram exonerados; 154 foram condenadas à morte, das quais quarenta foram executadas.[89]

2.2) A DESNAZIFICAÇÃO DA ALEMANHA

Com relação à Alemanha, o caso mais famoso de processo antinazista foi o Tribunal Militar Internacional de Nuremberg, pois foi nesse tribunal que os mais altos escalões do Terceiro *Reich* foram julgados.

No Tribunal, os réus foram julgados nos crimes contra a paz, crimes de guerra, crimes contra a humanidade e crimes de conspiração[90]. O processo completo do Tribunal durou cerca de um ano – começou em outubro de 1945 e foi até outubro de 1946[91]. Cerca de vinte pessoas foram indiciadas ao Tribunal, uma delas foi Hermann Goering, um dos mais famosos réus, comandante da SA (divisões de assalto do regime nazista), um dos líderes da GESTAPO (polícia secreta nazista) e considerado pelo Partido como o sucessor de Adolf Hitler[92]. Além de acusações individuais, o Tribunal também abriu processos contra organizações e grupos, como a SS (tropas de proteção),

---

[87] JUDT, Tony. Punição. Em: JUDT, Tony. **Pós-Guerra: Uma História da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
[88] Idem.
[89] Ibidem.
[90] ZAGO, T. S. **Tribunal de Nuremberg: os antecedentes e o legado.** 2013. 88 f. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.
[91] JUDT, 2008, cap. Punição.
[92] ZAGO, T. S. **Tribunal de Nuremberg: os antecedentes e o legado.** 2013. 88 f. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

a SA, o Estado-Maior-Geral do Terceiro *Reich*, o Alto comando das Forças Armadas[93]. As sessões dos julgamentos eram transmitidas pela rádio alemã para todo o país, e as provas geradas durante o processo foram utilizadas como medidas pedagógicas: foram divulgadas nas escolas e nos cinemas do país[94].

Além do Tribunal de Nuremberg, a Alemanha teve vários outros tribunais militares para os julgamentos de nazistas e também vários Tribunais Populares, nas zonas de ocupação dos Aliados[95]. Cada zona de ocupação era responsável por realizar os julgamentos, o que fazia parte do programa de desnazificação dos Tribunais de Crimes de Guerra[96]. Esse programa durou enquanto a Alemanha era administrada e ocupada pelos Aliados[97]. Os tribunais das forças de ocupação ocidentais (EUA, Grã-Bretanha e França) julgavam, mormente, funcionários de baixa a mediana patente do regime nazista, sendo que foram mais de cinco mil pessoas condenadas por crimes de guerra ou crimes contra a humanidade nesses tribunais, dentre as quais cerca de oitocentos foram condenados à morte[98]. As últimas execuções das quais se tem registro foram feitas na cadeia de Landsberg, em junho de 1951, embora a população tenha pedido clemência para esses últimos condenados[99]. A Alemanha também teve tribunais locais, os quais foram instituídos em março de 1946 e eram dirigidos pelos próprios alemães, mas supervisionados pelos Aliados[100].

Uma maneira encontrada por vários países, incluindo a Alemanha e Áustria, para a identificação mais rápida dos nazistas foi a elaboração de questionários que eram geralmente aplicados nas entrevistas de emprego[101]. No caso alemão e austríaco, as perguntas presentes nos questionários eram relacionadas com: "nacionalidade, religião, ficha criminal, instrução, qualificações profissionais, empregos e serviço militar, escritos e discursos, renda e patrimônio, viagens ao exterior e, é claro, filiação política." (SAUNDERS, 2008, p. 25). Os questionários eram chamados de *Fragenbogen* e eram

---

[93] ZAGO, T. S. **Tribunal de Nuremberg: os antecedentes e o legado.** 2013. 88 f. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.
[94] JUDT, Tony. Punição. Em: JUDT, Tony. **Pós-Guerra: Uma História da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
[95] Idem.
[96] Ibidem.
[97] Ibidem.
[98] JUDT, 2008, cap. Punição.
[99] Idem.
[100] Ibidem.
[101] SAUNDERS, F. S. Um cadáver requintado. Em: SAUNDERS, F. S.**Quem pagou a conta? A CIA na Guerra Fria da cultura.** Editora Record: Rio de Janeiro, 2008.

aplicados a todos os alemães e austríacos que estavam à procura de emprego[102]. O *Fragenbogen* era aplicado nas zonas de ocupação ocidentais, principalmente na zona norte-americana[103]. Na Alemanha, cerca de dezesseis milhões de questionários foram preenchidos nas zonas de ocupação dos Aliados ocidentais, e, desse total, 3,5 milhões foram registrados como possíveis de sofreram acusações.[104]

2.3) DIFICULDADES E OS POUCOS RESULTADOS ENCONTRADOS NA DESNAZIFICAÇÃO EUROPEIA

Os processos e os projetos de desnazificação na Europa, de uma maneira geral, acabaram não trazendo os resultados esperados, pois os países Aliados encontraram muitas dificuldades e problemas de ordem prática. Os principais entraves foram: a identificação dos nazistas; a pouquíssima disponibilidade de mão de obra sem qualquer ligação com o nazismo; a pouca duração da desnazificação[105]. Outros problemas são debatidos no próximo capítulo, como, por exemplo, a clemência por parte do governo austríaco e sugerida pela URSS, de 90% dos nazistas austríacos registrados.

O Conselho Aliado teve muita dificuldade em identificar e diferenciar os nazistas ativos daqueles que eram somente membros do Partido. Essa dificuldade aconteceu com maior frequência com relação aos servidores públicos, pois estes eram obrigados a se tornar membros do Partido, como aconteceu na Alemanha e na Áustria[106].

Uma medida tomada para tentar diminuir esse problema da identificação foi a aplicação do *Fragenbogen*, do qual já tratamos anteriormente, mas que trouxe poucos resultados, pois os questionários foram tratados com descaso e com desleixo, principalmente pelas autoridades aliadas[107].

As autoridades aliadas, principalmente os EUA, tinham que analisar milhares de questionários e tinham que procurar qualquer elemento que apontasse se a pessoa era nazista e/ou militar; por isso, essa tarefa era considerada muito burocrática, maçante e

---

[102] SAUNDERS, F. S. Um cadáver requintado. Em: SAUNDERS, F. S.**Quem pagou a conta? A CIA na Guerra Fria da cultura.** Editora Record: Rio de Janeiro, 2008.
[103] JUDT, Tony. Punição. Em: JUDT, Tony. **Pós-Guerra: Uma História da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
[104] Idem.
[105] Ibidem.
[106] JUDT, 2008, cap. Punição.
[107] Idem.

frustrante pelos próprios agentes dos aliados[108]. Ademais, muitos agentes ajudavam artistas nazistas a não serem pegos no *Fragenbogen*, como foi o caso do maestro Wilheml Furtwängler, que foi ajudado por dois agentes que trabalhavam para os EUA, o estoniano Michael Josselson e o bielo-russo Nicolas Nabokov[109]. Ambos trabalhavam nos programas de desnazificação alemã e decidiram ajudar o maestro Furtwängler, pois, na visão deles, o artista nunca tinha sido membro do Partido Nazista, e seria uma humilhação para o maestro se tivesse que passar pela avaliação do *Fragenbogen*[110].

Esse exemplo de ajuda não foi um acontecimento isolado, pelo contrário: houve muitos mais casos em que as autoridades aliadas ajudavam os suspeitos a obterem as suas "fichas limpas"[111] ou os seus certificados jocosamente conhecidos como "*Persil*", uma brincadeira com o nome do sabão em pó de mesmo nome[112].

Além dos motivos citados, o *Fragenbogen* não deu certo devido à clemência dada pelo governo austríaco aos registrados na categoria "menos culpados", o que representou o perdão a 85-90% dos nazistas que preencheram o questionário[113]. Para conseguir a clemência, somente era preciso comprovar que tinham o *Persil*, eram inofensivos e tinham disposição para ajudar na reconstrução da Áustria[114].

A Itália, aliada da Alemanha desde antes da Segunda Guerra, tinha um questionário similar ao alemão e ao austríaco: o *Scheda Personale*, conhecido também como "Foste Fascista", cujo objetivo era diferenciar os fascistas italianos[115]. Também não conseguiu atingir as suas metas e também foi motivo de zombaria[116].

Além do problema da identificação dos nazistas, outro obstáculo que atrapalhou sobremaneira a desnazificação foi a dificuldade em achar mão de obra, principalmente mão de obra especializada que não teve ligações com o nazismo[117]. A falta de mão de obra não nazista é explicada devido aos servidores públicos terem que se filiar ao Partido e muitos empresários também colaboraram para o regime nazista, como foi o

---

[108] SAUNDERS, F. S. Um cadáver requintado. Em: SAUNDERS, F. S.**Quem pagou a conta? A CIA na Guerra Fria da cultura.** Editora Record: Rio de Janeiro, 2008.
[109] Idem.
[110] Ibidem.
[111] JUDT, Tony. Punição. Em: JUDT, Tony. **Pós-Guerra: Uma História da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
[112] Idem.
[113] EISTERER, Klaus. Austria Under Allied Occupation. In STEININGER, Rolf [et al.] (orgs.). **Austria in the Twentieth Century**. Editora Transaction Publishers: New Jersey, 2009.
[114] Idem.
[115] JUDT, 2008, cap. Punição.
[116] Idem.
[117] Ibidem.

caso da Renault na França – algumas fábricas foram nacionalizadas como punição do Estado francês ao colaboracionismo de Louis Renault; e dos altos executivos das empresas I. G. Farben e Krupp na Alemanha e da Fiat na Itália. No caso dos empresários, houve pouquíssimas punições para eles, pois os governos precisavam do dinheiro de suas fábricas, companhias, indústrias, para ajudarem na reconstrução dos países[118].

Devido a esse cenário, autoridades aliadas e governos provisórios foram obrigados a aceitar, em alguns casos, a continuação da presença de nazistas e de fascistas em seus empregos. Tal clemência aconteceu nos casos das cidades de Colônia e de Bonn, que foram destruídas pela Guerra. A primeira cidade tinha dezoito dos 21 especialistas em abastecimentos de água que participaram do regime nazista. A segunda cidade tinha 102 dos seus 112 médicos como ex-integrantes do Partido[119]. Essa situação era tão caótica e desesperadora para os projetos de desnazificação dos Aliados que o general estadunidense Lucius Clay (JUDT, 2008, p. 70) declarou:

> nosso maior problema administrativo era encontrar alemães razoavelmente competentes que não tivessem sido filiados ou associados ao regime nazista [...] No mais das vezes, parece que os únicos homens qualificados [...] eram os servidores de carreira [...] muitos dos quais foram mais do que meros participantes (segundo a nossa definição) das atividades do Partido Nazista.

Os setores que menos passaram pelo processo da desnazificação, de uma maneira geral, foram o ensino universitário e a justiça. Os países tinham poucos advogados, juízes e professores não nazistas disponíveis, e, dessa forma, a única saída encontrada foi aceitar a continuação dos serviços prestados pelos nazistas classificados "menos criminosos" [120] .

Por causa desses obstáculos para a desnazificação, o projeto de reeducação foi muito limitado. Alguns historiadores, como Tony Judt e Klaus Eisterer, chegam a duvidar de que a desnazificação tenha gerado os mínimos resultados esperados. Pesquisas de opinião realizadas entre 1946-1952, no lado ocidental da Alemanha, em

---

[118] JUDT, Tony. Punição. Em: JUDT, Tony. **Pós-Guerra: Uma História da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
[119] Idem.
[120] Ibidem.

especial nas zonas de ocupação norte-americana, mostram que a opinião dos alemães foi pouco alterada[121]:

> em novembro de 1946, 37% dos alemães consultados numa pesquisa realizada na zona norte-americana expressaram a opinião de que "o extermínio de judeus, poloneses e outros não-arianos foi necessário para a segurança dos alemães".
> Na mesma pesquisa, com data de novembro de 1946, um alemão em cada três concordava com a proposição de que judeus não deveriam ter os mesmos direitos que indivíduos pertencentes à raça ariana. (JUDT, 2008, p. 72)

Nas pesquisas realizadas em 1952, a opinião dos alemães ocidentais pouco se alterou: 37% das pessoas consultadas responderam que não ter judeus na Alemanha era melhor para o país; 25% dos alemães entrevistados afirmaram que tinham uma opinião positiva de Hitler[122].

Como a desnazificação rendeu poucos resultados esperados, a estratégia do esquecimento dos acontecimentos e da memória recente começou a ser adotada em vários países europeus, como na França em seu período colaboracionista; e na Alemanha e na Áustria, com as suas "passividades" e "aceitação", da maioria da população, com o regime nazista. A estratégia do esquecimento começou a ser aplicada na Alemanha logo após o fim dos conflitos, quando o então parlamentar e futuro chanceler da Alemanha Ocidental, Konrad Adenauer, em 1946, criticou a desnazificação, considerando que ela demorava muito para acabar e que não teria resultados positivos. Ele pediu que seus amigos, colegas e conhecidos nazistas fossem deixados em paz[123]. Em 1949, o mesmo Adenauer, agora como Chanceler da Alemanha Ocidental, afirmou em seu discurso que o passado deveria ser deixado para trás até onde fosse possível[124].

Esse esquecimento seria necessário para que mitos antinazistas fossem criados, como Charles de Gaulle, na França, e o marechal Tito, na Iugoslávia[125]. Além disso, a desvalorização da memória recente sobre os acontecimentos da Segunda Guerra seria

---

[121] JUDT, Tony. Punição. Em: JUDT, Tony. **Pós-Guerra: Uma História da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
[122] Idem.
[123] Ibidem.
[124] Ibidem.
[125] JUDT, 2008, cap. Punição.

essencial para que para a Europa conseguisse realizar a sua reconstrução e para que não houvesse mais possibilidades de revanchismos nacionalistas novamente[126].

2.4) RESUMO DO CAPÍTULO

Como pode ser analisado neste capítulo, a desnazificação foi um processo que começou em algumas regiões da Europa, antes do fim da Segunda Guerra e tinha como objetivo principal a reeducação social/cultural da maior parte da população dos países que foram vítimas do nazismo. Para conseguir atingir essa meta almejada, os países aliados traçaram estratégias para caçar, identificar, processar, julgar e punir, se necessário, colaboracionistas e nazistas/fascistas. Tribunais Populares e Militares foram criados nesses países para que os colaboracionistas e aqueles que participaram do Terceiro *Reich* pudessem ser julgados e punidos legalmente.

A partir do estudo de caso da Alemanha, concluímos que, apesar de todas as tentativas, a desnazificação acabou não tendo os resultados almejados, pois, em quase todas as etapas das estratégias dos Aliados, houve falhas, tanto internas dos próprios Aliados, quanto externas em que nazistas conseguiam burlar as regras e/ou não conseguiam ser pegos, ou tinham as suas punições reduzidas.

Um dos principais entraves da desnazificação, de uma maneira geral, foi a falta de mão de obra não nazista. Os países aliados tiveram muita dificuldade em achar pessoas capacitadas para exercerem a mesma função e o mesmo trabalho que o antigo empregado nazista. Em muitos casos, principalmente na Alemanha e na Áustria, a falta dessa mão de obra, principalmente com relação aos servidores públicos, obrigou os governos e os Conselhos Aliados a aceitar que nazistas continuassem trabalhando ou que voltassem aos seus antigos empregos.

Outro entrave para a desnazificação foram os processos de esquecimento do passado recente que estava acontecendo paralelamente ao processo antinazista. Essa desvalorização da memória recente foi vista para alguns especialistas como necessária para que a Europa se aliviasse um pouco da culpa e conseguisse se reconstruir.

---

[126] JUDT, Tony. Punição. Em: JUDT, Tony. **Pós-Guerra: Uma História da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

O próximo capítulo abordará e discutirá o caso da desnazificação na Áustria e a independência desse país, dois processos que ocorreram de maneiras concomitantes. O capítulo fará também uma breve análise sobre os efeitos da desnazificação na Áustria.

3 A DESNAZIFICAÇÃO DA EUROPA: O CASO AUSTRÍACO

3.1) O PROCESSO DA DESNAZIFICAÇÃO DA ÁUSTRIA: DO ANSCHLUSS ATÉ A SAÍDA DOS ALIADOS DO PAÍS

Além dos casos já citados anteriormente, outro país que passou pelos processos de desnazificação foi a Áustria. Diferente dos casos de dominação da Holanda e da Dinamarca, a Áustria acabou sendo incorporada ao Terceiro *Reich* por meio de plebiscito realizado em 1938.

Nesse ano, a Alemanha, aproveitando-se do conturbado cenário político e econômico austríaco da época[127], invadiu o país e em março propôs um plebiscito para a população austríaca sobre a anexação do país, conhecido também como *Anschluss* com o *Reich* Alemão. Em abril, o então chanceler austríaco, Kurt Schnuschnigg, tentou manter, em vão, a autonomia do país e convocou um plebiscito para saber se a população aceitava ou não a anexação à Alemanha[128]. Em 10 de abril, com a vitória da aceitação da anexação, a Áustria tornou-se território da Alemanha e, como resultado, foi elaborado o documento chamado de *Ostmarkgesetz*, em 1939[129]. Esse documento "definia as regulamentações para a área anexada, extinguiu a nação austríaca sob o ponto de vista da unidade nacional e eliminou o nome 'Áustria'" (ÁUSTRIA. **Áustria: Fatos e números**. Serviço Federal de Imprensa: Viena, 1992.). Até o ano de 1945, a Áustria ficou sob governo, administração e controle nazistas. O país teve que enviar os seus judeus para os campos de concentração e os seus jovens tiveram que se alistar nas forças militares alemãs, a chamada *Wehrmacht*[130].

Cerca de dois anos antes do fim da Segunda Guerra, os membros da resistência austríaca solicitaram aos países aliados (Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética) que se reunissem para definir o futuro da Áustria após o conflito. Essa reunião tinha

---

[127] Com o fim do Império e com várias reparações de guerra para pagar, a Primeira República Austríaca começou com sérios problemas financeiros, que só começaram a melhorar a partir da segunda metade dos anos 1920, quando o governo austríaco conseguiu estabilizar a moeda do país e fez acordos econômicos com os países vizinhos. Apesar de o país ter começado a recuperar a sua economia, fatores políticos internos– como as polarizações e as confrontações ideológicas – e a crise econômica de 1929 começaram a minar a Primeira República Austríaca. Essas crises políticas e econômicas geraram até um princípio de guerra civil e tentativas de golpes de estado pelo grupo político nacional-socialista, a qual foi reprimida. Sobre o assunto ver: ÁUSTRIA. **Áustria: Fatos e números**. Serviço Federal de Imprensa: Viena, 1992.

[128] A vitória do plebiscito era prevista, pois existiam muitos austríacos a favor dos nazistas naquele momento, inclusive, na capital Viena, a aceitação a uma anexação era bem vista.

[129] ÁUSTRIA. **Áustria: Fatos e números**. Serviço Federal de Imprensa: Viena, 1992.

[130] Idem.

também o objetivo de libertar a Áustria do domínio nazista. No encontro, ocorrido em Moscou em 1943, os aliados julgaram que a Áustria, apesar de lutar ao lado dos nazistas, era inocente com relação à invasão e à anexação dos alemães[131]. Além de amenizar a culpa dos austríacos, a Declaração de Moscou, como ficou conhecida essa reunião, determinou também que o país deveria ser livre e independe assim que fosse libertado[132].

Apesar de a Declaração afirmar que a Áustria voltaria a ser independente e livre, tal autonomia e soberania demoraram a vir. Logo após a libertação do país da dominação nazista, ele foi dividido, assim como a Alemanha, em quatro zonas de ocupação, e a autonomia política e administrativa foi devolvida ao povo austríaco com limitações e restrições. Por ainda ter os seus direitos políticos limitados ao Conselho Aliado, a população não tinha direito de votar diretamente para o novo governo. Coube, então, aos três partidos formadores da Primeira República[133] (o Partido Socialdemocrata da Áustria (SPÖ)[134], o Partido Popular da Áustria (ÖVP)[135] e o Partido Comunista da Áustria (KPÖ)[136]) elegerem o presidente provisório[137]. Dessa maneira, o Conselho Nacional (uma das câmaras do Parlamento austríaco)[138] elegeu como Presidente Karl Renner[139] e como chanceler, Leopold Figl, do ÖVP, em 1945, com a missão de discutirem com os países aliados a autonomia da Áustria e a saída das tropas do país.

Nesses primeiros anos de domínio do Conselho Aliado, a Áustria passou por processos de desnazificação similar ao que a Alemanha sofreu com os países Aliados. Os objetivos continuaram sendo os mesmos: a reeducação da população, a caça aos nazistas, a presença dos Tribunais Populares, o uso do *Fragenbogen* nas entrevistas de

---

[131] JUDT, Tony. Punição. Em: JUDT, Tony. **Pós-Guerra: Uma História da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

[132] STUHLPFARRER, Karl. **Áustria - neutralidade permanente: A política externa austríaca desde 1945.** Serviço Federal de Imprensa: Viena, 1984.

[133] Os três partidos eram antinazistas. Para saber mais ver: KNIGHT, Robert. Dezanification and Integration in the Austrian Province of Carinthia. In: **The Journal of Modern History**, Vol. 79, No. 3 (September 2007), p. 572-612.

[134] Cf.: https://spoe.at

[135] Cf.: https://www.oevp.at/Home.psp?ref=m.

[136] Cf.: http://www.kpoe.at/home.html

[137] O presidente escolhido, Karl Renner, faleceu em 31 de Dezembro de 1950. Dessa forma, foram convocadas novas eleições em 1951, dessa vez o povo austríaco pode participar diretamente da escolha. E o sucessor de Karl Renner foi Theodor Körner do SPÖ.

[138] ÁUSTRIA. **Áustria: Fatos e números.** Serviço Federal de Imprensa: Viena, 1992.

[139] Karl Renner foi um dos políticos que apoiaram a invasão e anexação da Alemanha, e após ver o resultado e as consequências disso, afirmou após o fim da Segunda Guerra, que foi um erro apoiar os nazistas. Sobre o assunto ver: BISCHOF, Günter. Cold War. Em: BISCHOF, Günter. **Relationships/ Beziehungsgeschichten: Austria anda the United States inthe Twentieh Century.** TRANSATLANTICA vol. 4, StudienVerlag. Innsbruck: 2014.

emprego. Outra semelhança com a Alemanha foi a divisão do país e da capital Viena em quatro zonas de controle dos Aliados. Em ambos os países, ocorreram problemas e dificuldades similares dos programas de desnazificação[140].

Apesar dessas semelhanças, o processo de desnazificação da Áustria foi mais ameno do que o da Alemanha[141]. Esse "privilégio" aconteceu devido, principalmente, à assinatura da Declaração de Moscou de 1943, que inocentava a entrada da Áustria como aliada da Alemanha na Guerra. Por isso, a população austríaca foi mais poupada em relação a prisões, investigações e mortes do que a Alemanha[142].

A título de ilustração do processo nos dois países: apenas no Tribunal de Nuremberg morreram 24 pessoas; na Áustria foram trinta executados, por meio de processos legais, em todo o processo da desnazificação[143].

Em 1945, a Áustria tinha uma população de cerca de sete milhões de habitantes, o seu Partido Nacional Socialista tinha aproximadamente 700 mil membros, e, no final do conflito, esse número de membros caiu para cerca 536 mil[144], dos quais 130 mil foram investigados por crimes de guerra. 23 mil foram a julgamento, 13600 considerados culpados, 43 condenados à morte e apenas trinta executados (JUDT, 2008).

Durante os processos de desnazificação do país, aproximadamente setenta mil funcionários públicos foram exonerados. O sistema educacional também passou pelos programas e processos de desnazificação: cerca de 2900 professores do ensino fundamental, quatrocentos do ensino médio e 27 professores universitários foram exonerados[145].Para realizar os processos de desnazificação, a Áustria aprovou[146], em

---

[140] KNIGHT, Robert. **Dezanification and Integration in the Austrian Province of Carinthia.** In: *The Journal of Modern History*, Vol. 79, No. 3 (September 2007), p. 572-612.
[141] JUDT, Tony. Punição. Em: JUDT, Tony. **Pós-Guerra: Uma História da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
[142] Idem.
[143] Ibidem.
[144] JUDT, Tony. Punição.
[145] Idem.
[146] As leis foram aprovadas pelo Conselho Nacional em 8 de maio e em 26 de julho de 1945, mas precisava ainda passar pelo Conselho Aliado para que os países aliados dessem as sanções das leis. O Conselho aceitou as leis em outubro de 1945. Antes das aprovações dessas legislações federais pelo Conselho Aliado, as províncias austríacas escolhiam entre seguir essas duas ou aceitar as medidas oferecidas pelo Conselho. Com a aprovação das leis em outubro, elas deveriam ser seguidas por todas as províncias. Para saber mais ver: EISTERER, Klaus. Austria Under Allied Occupation. In STEININGER, Rolf [et al.] (orgs.). **Austria in the Twentieth Century**. Editora Transaction Publishers: New Jersey, 2009.

1945, duas leis que foram a base fundamental para os processos de desnazificação[147]. A primeira lei, chamada de *Verbotsgesetz,* definiu o banimento do Partido Nacional Socialista da Áustria e de suas organizações subsidiárias e colaboracionistas dos âmbitos político e público[148]. A lei determinou também a prisão por alta traição e tornou ilegais aqueles que se filiaram ao Partido Nazista ou às suas unidades paramilitares, entre 1933 e 1938[149]. Todas essas pessoas que participaram nesse período do Partido Nazista, incluindo candidatos a membros do Partido, deveriam se registrar[150], sendo que até 1946 cerca de 536 mil nazistas foram registrados[151]. Um dos objetivos dessa lei era separar os nazistas atuantes e considerados perigosos pelas forças de ocupação, daqueles menos perigosos ou "somente" simpatizantes do Partido[152]. A *Verbotsgesetz* determinou também os crimes aos quais essas pessoas poderiam responder, como, por exemplo, demissão por justa causa e perda de propriedade, além do crime de traição citado acima[153].

A segunda lei austríaca para a desnazificação foi a *Krigsverbrechergesetz,* que determinava, entre outras coisas, a criação de Tribunais Populares[154] para julgamentos de pessoas condenadas por:

> Crimes de guerra no sentido estrito do termo, belicismo, tortura e maus tratos, crimes contra a humanidade e contra a dignidade humana, expulsão de pessoas de suas terras, enriquecimento ilícito, denuncia e alta traição contra o povo austríaco (EISTERER, 2009, p. 207 – tradução nossa)[155].

Essa segunda lei ficou conhecida como "verdadeiro direito criminal de desnazificação" (EISTERER, 2009, p. 207 – tradução nossa)[156].

---

[147] EISTERER, Klaus. Austria Under Allied Occupation. In STEININGER, Rolf [et al.] (orgs.). **Austria in the Twentieth Century**. Editora Transaction Publishers: New Jersey, 2009.
[148] Idem.
[149] Ibidem.
[150] KNIGHT, Robert. Dezanification and Integration in the Austrian Province of Carinthia. In: **The Journal of Modern History**, Vol. 79, No. 3 (September 2007), p. 572-612.
[151] EISTERER, 2009, cap. Austria Under Allied Occupation.
[152] KNIGHT, 2007, p. 572-612.
[153] Idem.
[154] Os Tribunais Populares eram formados por dois juízes profissionais e por três juízes leigos. As decisões tomadas nesses Tribunais não podiam ser apeladas. Para saber mais ver: EISTERER, Klaus. Austria Under Allied Occupation. In STEININGER, Rolf [et al.] (orgs.). **Austria in the Twentieth Century**. Editora Transaction Publishers: New Jersey, 2009.
[155] No original: "mandated punishment of war crimes in the narrow sense, warmongering, torture, mistreatment, crimes against humanity and human dignity, expulsion of human beings from their homeland, unjust enrichment, denunciation and high treason against the Austrian people". In: EISTERER; 2009, p. 207.
[156] No original: "actual criminal law of de-Nazification". In: EISTERER; 2009, p. 207.

Um mês após autorizar as legislações antinazistas, em novembro de 1945, o Conselho Aliado decretou que a desnazificação deveria ser conduzida pelo governo austríaco, mas que os processos de desnazificação seriam supervisionados pelo Conselho[157].

Apesar de o Conselho passar as responsabilidades dos julgamentos e dos processos de desnazificação para o governo austríaco, os Aliados estavam muito insatisfeitos com as primeiras impressões que tiveram do governo austríaco. Para o Conselho Aliado, os austríacos pareciam pouco dispostos a iniciarem os programas de desnazificação e não aparentavam determinação em caçar ou prender nazistas. Além disso, uma das principais queixas do Conselho Aliado foi o não afastamento de muitos nazistas austríacos de seus empregos públicos, inclusive, em altos escalões do governo e em serviços de comunicação – o que era proibido na época[158]. Essa contínua insatisfação do Conselho chegou a colocar em xeque as discussões do Tratado de Estado da Áustria, em abril de 1946, quando os soviéticos ameaçaram suspender as conversas do Tratado de Estado, caso a Áustria não melhorasse os seus programas de desnazificação[159].

A partir dessas ameaças por parte dos Aliados em suspender os debates sobre a construção do Tratado de Estado, o governo provisório austríaco decidiu, em 1946, criar o Ministério do Comitê de Desnazificação como uma forma de desburocratizar os processos antinazistas nas altas esferas federais e nos âmbitos provinciais[160]. Esse Ministério tinha o objetivo principal de achar e separar, mais rapidamente, os nazistas, considerados perigosos pelo governo, do restante da população[161]. Além desse objetivo, o Ministério também queria mostrar ao Conselho Aliado que o governo estava engajado na luta contra o nazismo para que as conversas acerca do Tratado de Estado não ficassem paralisadas[162].

Em julho, o Chanceler responsável pelo Ministério do Comitê de Desnazificação, Leopold Figl, apresentou os novos dados dos avanços nos programas de

---

[157] EISTERER, Klaus. Austria Under Allied Occupation. In STEININGER, Rolf [et al.] (orgs.). **Austria in the Twentieth Century**. Editora Transaction Publishers: New Jersey, 2009.
[158] KNIGHT, Robert. Dezanification and Integration in the Austrian Province of Carinthia. In: **The Journal of Modern History**, Vol. 79, No. 3 (September 2007), p. 572-612.
[159] Idem.
[160] Ibidem.
[161] KNIGHT, Robert. Dezanification and Integration in the Austrian Province of Carinthia. In: **The Journal of Modern History**, Vol. 79, No. 3 (September 2007), p. 572-612.
[162] Idem.

desnazificação para o Conselho Aliado[163]. O Conselho ficou parcialmente satisfeito com os resultados, pois, na avalição do órgão, ainda faltavam mais medidas contra os nazistas. Com isso, o Conselho Aliado sugeriu a criação de uma nova lei, a *Nationalsozialisten Gesetz*, em fevereiro de 1947[164].

Essa nova lei foi aprovada a contragosto dos parlamentares austríacos, pois ela teria disposições draconianas com relação às avaliações criminais e aos julgamentos dos nazistas[165]. A nova lei tinha o objetivo de transformar as buscas individuais por nacional-socialistas em pesquisas mais amplas e coletivas, agilizando, assim, os processos de descoberta de possíveis nazistas ou colaboradores do regime[166]. Para isso, foram criadas duas subcategorias que dividiam os nazistas em "incriminados" e "pouco incriminados"[167].

Essas duas subcategorias foram criadas por meio da atuação na qual o grupo de pessoas se encontrava dentro do Partido Nacional-Socialista, no caso, os que foram classificados em "pouco incriminados" eram aqueles que eram simples membros do partido e candidatos a membro do Partido, ou seja, não apresentavam "alta periculosidade"[168].

Com relação aos que eram colocados na subcategoria "incriminados", os agentes da desnazificação entendiam que eles poderiam ser um risco para o país e para a sociedade[169].

Aproximadamente 536 mil nazistas se registraram por meio dessa lei, sendo que, desse montante, 42 mil nazistas foram classificados dentro da subcategoria "incriminados"[170].

Os processos de desnazificação na Áustria cresceram até o ano de 1948, quando começaram a diminuir de intensidade, principalmente os processos coletivos que envolviam milhares de possíveis nazistas. Essa diminuição dos processos de desnazificação aconteceu devido a diversos fatores, mormente, aos primeiros embates e

---

[163] KNIGHT, Robert. Dezanification and Integration in the Austrian Province of Carinthia. In: **The Journal of Modern History**, Vol. 79, No. 3 (September 2007), p. 572-612.
[164] EISTERER, Klaus. Austria Under Allied Occupation. In STEININGER, Rolf [et al.] (orgs.). **Austria in the Twentieth Century**. Editora Transaction Publishers: New Jersey, 2009.
[165] Idem
[166] Ibidem
[167] Ibidem
[168] JUDT, Tony. Punição. Em: JUDT, Tony. **Pós-Guerra: Uma História da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
[169] EISTERER, 2009, cap. Austria Under Allied Occupation.
[170] Idem

desentendimentos entre EUA e URSS[171]. Como dissemos antes, tais embates acabaram redirecionando verbas e material humano que antes eram destinadas aos projetos antinazistas, para serem utilizadas em novos programas com objetivos diferentes da desnazificação, como os planos de reconstrução da Europa[172].

Outro fator que também aconteceu em 1948 e que também motivou essa desaceleração da desnazificação, foi a proposta soviética de pedir anistia e clemência aos nazistas que pertenciam à categoria "menos incriminados", cuja porcentagem chegava 90%[173]. A URSS tinha como objetivo desse pedido de anistia a participação dos ex-nazistas nas eleições parlamentares[174] que iriam acontecer nas províncias[175].

Por causa principalmente desses fatores citados acima, o processo de desnazificação austríaco diminuiu até ser encerrado no ano de 1975, quando já não havia mais nenhum processo de acusação por crimes nazistas ou crimes de guerra no país[176].

Apesar de os números de processos nazistas terem começado a cair em 1948, o Conselho Aliado não parecia ter tanta preocupação com a queda dos índices da desnazificação. Esse baixo interesse aconteceu devido, também, ao começo dos conflitos ideológicos entre EUA e URSS e, por isso, tiraram a desnazificação dos objetivos principais do Conselho Aliado[177].

Além da retirada dos programas antinazistas dos objetivos principais do Conselho, em 1948, as conversas para a elaboração do Tratado de Estado Austríaco também saíram do foco e do interesse do Conselho por, pelo menos, cinco anos.

Entre 1947 e 1948, a União Soviética era um dos quatro países aliados que estava mais a favor de aceitar a retirada das tropas da Áustria e de devolver a autonomia política plena ao país; por outro lado, os EUA não estavam muito dispostos a aceitar a "liberação" da Áustria, pois eles tinham medo de que o país austríaco se transformasse em aliado da União Soviética, o que os levou a recusar a assinatura de qualquer tratado

---

[171] EISTERER, Klaus. Austria Under Allied Occupation. In STEININGER, Rolf [et al.] (orgs.). **Austria in the Twentieth Century**. Editora Transaction Publishers: New Jersey, 2009.
[172] Idem.
[173] Ibidem.
[174] Mesmo com essa tentativa, o partido comunista perdeu as eleições, conseguindo eleger somente 4 deputados. Os partidos que ganharam mais votos, inclusive dos ex-nazistas, foram o ÖVP e o SPÖ. Esses dois partidos formaram coalisões de governo durante quase todo o século XX na Áustria.
[175] JUDT, Tony. Punição. Em: JUDT, Tony. **Pós-Guerra: Uma História da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
[176] Idem.
[177] Ibidem.

sobre a Áustria. Na verdade, em 1948, secretamente, o Pentágono estava rearmando o lado ocidental da Áustria devido ao medo de uma intervenção comunista no país[178]. Os americanos, então, atribuíram à URSS a responsabilidade do não entendimento entre as partes para a assinatura do Tratado[179]. Dessa maneira, as conversas entre os países começaram, mas o acordo e o Tratado de Estado Austríaco somente seriam assinados em 1955, dez anos depois do fim da Segunda Guerra.

A assinatura do Tratado demorou tanto tempo principalmente por causa da Guerra Fria, situação política/ideológica pela qual a Europa e o mundo estavam passando naquele momento. As políticas externas agressivas, tanto do lado dos EUA quanto do lado da URSS, prejudicaram os debates para a realização do Tratado de Estado Austríaco, principalmente entre os anos de 1948 até a morte de Stalin, em 1953. Entre essas políticas externas, destacam-se: o lançamento do Plano Marshall; os planos de reconstrução da Europa; a invasão da Checoslováquia pelas tropas soviéticas em 1948; o bloqueio de Berlim; a divisão da Alemanha em dois países; a criação da CIA[180] e da OTAN[181]. As conversas sobre o Tratado de Estado somente voltariam a acontecer após a morte de Stalin e, como consequência da morte do ditador soviético, houve um apaziguamento das relações internacionais entre os EUA e a URSS[182]. Entre 1948-49 até 1953, praticamente não houve avanços nas negociações para que o Tratado de Estado saísse do papel.

O governo austríaco, aproveitando-se da mudança na liderança política soviética com a eleição de Nikita Kruschev, e com a mudança de postura da URSS para uma maior abertura aos diálogos diplomáticos, procurou, então, retomar as conversas e estabelecer novos acordos bilaterais com a URSS. Os diálogos entre os países retomaram com alguns avanços nas negociações a partir de 1954, na Conferência de Berlim, principalmente quando o governo austríaco propôs, espontaneamente, a

---

[178] BISCHOF, Günter. Cold War. Em: BISCHOF, Günter. **Relationships/ Beziehungsgeschichten:** *Austria and the United States in the Twentieh Century.* TRANSATLANTICA vol. 4, StudienVerlag. Innsbruck: 2014

[179] Idem.

[180] SAUNDERS, F. S. **Quem pagou a conta? A CIA na Guerra Fria da cultura**. Editora Record: Rio de Janeiro, 2008.

[181] JUDT, Tony. O Acordo Impossível. Em: JUDT, Tony. **Pós-Guerra: Uma História da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

[182] Mesmo não sendo membro da Organização das Nações Unidas (ONU), a Áustria, em 1952, pediu para que fossem debatidas as questões sobre o Tratado de Estado, e o Brasil, como membro da ONU, tratou do assunto na Assembleia Geral e solicitou para que as quatro potências concluíssem o mais rápido possível o acordo. Sobre o assunto ver: STUHLPFARRER, Karl. **Áustria - neutralidade permanente. A política externa austríaca desde 1945**. Serviço Federal de Imprensa: Viena, 1984.

neutralidade do país[183] como uma contrapartida para conseguir a sonhada retirada das tropas aliadas e o retorno da autonomia política.

O governo austríaco fez essa proposta de neutralidade com o objetivo de evitar que o país fosse dividido em dois, igual ao que ocorreu com a Alemanha, garantindo aos EUA e à URSS que a Áustria não tinha interesse em se tornar país-satélite de nenhuma das duas potências. Para tanto, os políticos e diplomatas austríacos asseguraram que o país não entraria em nenhum bloco econômico capitalista ou socialista, não participaria de nenhuma organização de defesa militar internacional, como a OTAN ou o Pacto de Varsóvia[184]. A neutralidade austríaca teria um caráter similar à da Suíça, a qual existe desde 1515, mas teria também um caráter próprio e individual do país. Inclusive, uma das preocupações dos políticos austríacos era que a neutralidade gerasse ou levasse a um isolamento político similar ao caso suíço[185].

Além dessas propostas para a comunidade internacional sobre a neutralidade, os políticos e diplomatas austríacos declararam que, se o Tratado fosse ratificado, colocariam em votação o mais rápido possível a lei sobre a neutralidade. Em 15 de maio de 1955, após várias rodadas de negociações entre os diplomatas – principalmente relacionadas às questões econômicas e políticas, como, por exemplo, prazo para a retirada das tropas dos aliados da Áustria; os critérios para a isenção de alianças por parte da Áustria; e a supressão de artigos do Tratado que tratavam sobre a ainda responsabilidade da guerra e da limitação das forças armadas austríacas[186] –, os cinco países finalmente chegaram a um acordo em comum e assinaram o Tratado de Estado Austríaco, garantindo à Áustria sua plena autonomia política. Em 25 de outubro do mesmo ano, quando o prazo de saída das tropas expirou e os últimos soldados aliados deixaram o país, o Parlamento austríaco aprovou a lei da neutralidade perpétua da Áustria, com os seguintes artigos:

> Artigo I
>
> (1) No intuito de afirmar de forma duradoura a sua independência e de manter a inviolabilidade do seu

[183] A ideia de neutralidade já existia desde o período entre guerras, mas devido a turbulência política e econômica nas quais o país vivia, não foi possível por essa ideia em prática. Para ver sobre esse assunto ver: STUHLPFARRER, Karl. **Áustria - neutralidade permanente: A política externa austríaca desde 1945**. Serviço Federal de Imprensa: Viena, 1984.

[184] Por causa da neutralidade, a Áustria somente ingressou como membro na União Europeia e como parceira da OTAN a partir de 1995, já com a Guerra Fria terminada.

[185] STUHLPFARRER, Karl. **Áustria - neutralidade permanente: A política externa austríaca desde 1945**. Serviço Federal de Imprensa: Viena, 1984.

[186] Idem.

> território, a Áustria declara de moto próprio a sua neutralidade perpétua, que se propõe manter e defender por todos os meios ao seu alcance.
> (2) Para garantir estes objetivos, a Áustria não aderirá jamais a qualquer aliança militar e não permitirá o estabelecimento de bases militares de países estrangeiros em seu território.
>
> Artigo II
> A execução desta lei constitucional é confiada ao Governo Federal." (STUHLPFARRER, Karl. **Áustria - neutralidade permanente: A política externa austríaca desde 1945**. Serviço Federal de Imprensa: Viena, 1984.)

Entre o período da ocupação da Áustria pelo Conselho Aliado em 1945, até a liberação do país em 1955, os Tribunais Populares realizaram cerca de 13600 sentenças condenatórias[187]. Após o período da saída dos Aliados, o número de sentenças despencou[188]: entre 1955-1975 foram somente julgadas 39 sentenças, sendo que foram apenas dezoito pessoas consideradas culpadas. Depois 1975 não houve mais registros de acusações e nem de julgamentos oficiais nos Tribunais Populares austríacos[189].

3.2) EFEITOS DA DESNAZIFICAÇÃO NA ÁUSTRIA

Como foi abordado na subseção anterior, a Áustria sofreu várias tentativas de processos de desnazificação entre 1945 até 1955. Os maiores programas e processos duraram praticamente até Tratado de Estado Austríaco, e quase todos esses esforços de desnazificação não trouxeram os resultados esperados. Isso aconteceu, principalmente, devido à "necessidade" e à opção da maior parte da população em praticar o esquecimento do Holocausto. Esse esquecimento não foi algo exclusivo da Áustria, muito pelo contrário, quase todos os países que foram aliados, ou que foram dominados pelos nazistas, tentaram esquecer o Holocausto[190].

Apesar de a desnazificação ter fracassado em muitos projetos, o maior legado desse período para o país foi justamente a assinatura do Tratado de Estado e a

---

[187] EISTERER, Klaus. Austria Under Allied Occupation. In STEININGER, Rolf [et al.] (orgs.). **Austria in the Twentieth Century**. Editora Transaction Publishers: New Jersey, 2009.
[188] Idem
[189] Ibidem
[190] JUDT, Tony. Epilógo. Em: JUDT, Tony. **Pós-Guerra: Uma História da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

declaração de neutralidade. A partir da assinatura desses dois acordos, a Áustria alterou totalmente a sua política e economia internas e externas, sempre tentando não desagradar países dos blocos capitalistas e comunistas, principalmente, a União Soviética. Durante todo o período da Guerra Fria, a Áustria conviveu com o medo de ser invadida novamente e sofrer as mesmas represálias e subjugações que os governos de países vizinhos, como a Checoslováquia e a Hungria, sofreram com a União Soviética.

Essa necessidade de não desagradar principalmente a URSS fez com que a Áustria se reorganizasse interna e, mormente, externamente nos campos da política e da economia. Essa reorganização ficou conhecida por historiadores como *modelo de democracia alpina*: "neutra, próspera e estável"[191].

Com relação à estabilidade, ela foi buscada na política por meio de uma coligação permanente entre os partidos SPÖ e o ÖVP, a chamada "Grande Coalizão"[192], que começou em 1947 e foi até 1966[193]. Essa "Grande Coalizão" tinha como objetivos principais evitar que o ambiente político da Áustria criasse um clima de guerra civil cultural, além de evitar que a Segunda República Austríaca fracassasse igual à Primeira República em relação, mormente, a legitimidade política[194]. Para tanto, os políticos desses dois partidos resolveram unir forças e conseguiram reduzir algumas diferenças ideológicas que existiam entre eles, formando a "Grande Coalização".

Depois desse período da "Grande Coalizão", os governos austríacos foram formados, basicamente, por partidos únicos ou por pequenas coalizões ainda entre o SPÖ e o ÖVP. A alternância desses partidos no poder pouco variou durante a Guerra Fria da Segunda República Austríaca. Em 1983, por exemplo, os liberais (FPÖ) formaram uma pequena coalisão de governo com os sociais-democratas (SPÖ); nas eleições de 1986 e 1990, foram formadas grandes coalizões entre o SPÖ e o ÖVP[195]. Os liberais ganharam um pouco de espaço depois que a "Grande Coalização" acabou, fazendo oposição aos dois partidos[196].

---

[191] JUDT, Tony. Epilógo. Em: JUDT, Tony. **Pós-Guerra: Uma História da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
[192] Idem.
[193] Ibidem.
[194] Ibidem.
[195] JUDT, Tony. A Política da Estabilidade. Em: JUDT, Tony. **Pós-Guerra: Uma História da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
[196] ÁUSTRIA. **Áustria: Fatos e números**. Serviço Federal de Imprensa: Viena, 1992.

Um dos pontos acordados na administração pública entre esses dois principais partidos durante a "Grande Coalizão" foi com relação ao *Proporz*, que definia os acordos de divisão das reponsabilidades em todas as áreas dos serviços públicos, como os meios de comunicação e a economia – que compreendia os setores financeiros até a indústria madeireira[197]. Esse *Proporz* ficou marcado como um sistema de "cabides de emprego", em que os cargos públicos eram designados por acordos políticos entre os partidos SPÖ e ÖVP[198]. Esses "cabides de emprego" marcaram a administração pública austríaca, pois foi formada uma rede de patronos e clientes, em que o cargo público era preenchido por meio de trocas de favores e por meio de negociações entre os partidos[199].

A Áustria, vale ressaltar, não era a única que se utilizava desse meio de corrupção para acalmar as questões políticas internas; a Itália tinha um sistema similar de administração pública por meio de trocas de favores[200].

A neutralidade voluntária do país foi um dos fatores essenciais para o retorno da soberania e autonomia política da Áustria, sendo, inclusive, adotada como uma identidade do país pela população e pelo governo[201]. Essa identidade foi muito útil para o país conseguir substituir antigas analogias e identidades que se tornaram negativas para a Áustria – como o "imperialismo Habsburgo", "alemão", "*Anchluss"* – por uma identidade de país "ocidental, livre, democrática"[202] e pacifista.

Após a entrada do país na ONU em 1956[203], a Áustria tentou se envolver em missões e em ações de engajamento pacifista e defendeu a paz mundial, tendo, inclusive, participado de operações de paz no Congo, no Chipre e no Afeganistão[204]. Devido ao seu caráter ideológico neutro, à sua localização estratégica no centro da Europa e à constante busca pelas soluções pacíficas, a capital da Áustria, Viena, foi – e ainda é – palco para encontros entre países que buscam melhorar o diálogo. Um exemplo foi os encontros entre os ministros das relações exteriores dos EUA e da

---

[197] JUDT, Tony. A Política da Estabilidade. Em: JUDT, Tony. **Pós-Guerra: Uma História da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
[198] Idem.
[199] Ibidem.
[200] JUDT, Tony. A Política da Estabilidade.
[201] Idem.
[202] Ibidem.
[203] O objetivo principal da Áustria em ser membro da ONU era de mostrar para o mundo, que mesmo após vários de dominação por parte de países estrangeiros, ela ainda era importante para o contexto político mundial. Para ver sobre esse assunto: STUHLPFARRER, Karl. **Áustria - neutralidade permanente: A política externa austríaca desde 1945**. Serviço Federal de Imprensa: Viena, 1984.
[204] ÁUSTRIA. **Áustria: Fatos e números**. Serviço Federal de Imprensa: Viena, 1992.

URSS, de 1970 até 1972, para discussão sobre os planos de limitação de armamentos estratégicos, o chamado Plano SALT[205]. Dessa maneira, Viena foi escolhida como sede da ONU em 1979[206].

Apesar de a neutralidade ter proporcionado uma maior autonomia e liberdade política internacional, ela pouco ajudou para a economia do país nos primeiros anos após o Tratado de Estado e quase colocou a estabilidade econômica do país em risco[207]. Isso aconteceu por causa, principalmente, do pouco tempo de preparo que a economia austríaca estava para a neutralidade econômica e política[208]. Esse pouco preparo estava relacionado ao fato de o Mercado Comum Europeu ter estabelecido a livre circulação de bens, pessoas e serviços, o que implicava maior oneração ao Estado austríaco das taxas de importação e exportação. Em outras palavras, o Mercado Comum se tornara um forte concorrente para a Áustria[209]. Além disso, o maior parceiro comercial dos austríacos era a Alemanha Ocidental, a qual era membro do bloco econômico. Consequentemente, a Áustria pagava mais caro nas importações alemães que os membros do Mercado Comum[210].

A Áustria ficou impossibilitada de poder participar de blocos econômicos que envolvessem integração econômica, de serviços, de leis e de pessoas, por causa dos termos garantidos no Tratado de Estado referente à neutralidade permanente[211]. Dessa forma, a Áustria não pôde participar como membro efetivo do Mercado Comum Europeu[212]. O país recebeu o convite para participar do bloco, mas a URSS levantou várias objeções com relação à entrada da Áustria no Mercado Comum. Os soviéticos afirmaram que, caso a Áustria entrasse no bloco econômico, ela estaria violando os seus

---

[205] ÁUSTRIA. **Áustria: Fatos e números**. Serviço Federal de Imprensa: Viena, 1992.
[206] Idem.
[207] MATHIS, Franz. The Austrian Economy: Basic Features and Trends. In STEININGER, Rolf [et al.] (orgs.). **Austria in the Twentieth Century**. Editora Transaction Publishers: New Jersey, 2009.
[208] GEHLER, Michael; KAISER, Wolfram. Austria and Europe, 1923-2000: A Study in Ambivalence. In STEININGER, Rolf [et al.] (orgs.). **Austria in the Twentieth Century**. Editora Transaction Publishers: New Jersey, 2009.
[209] Idem.
[210] MATHIS, 2009, cap. The Austrian Economy: Basic Features and Trends.
[211] GEHLER, 2009, cap. Austria and Europe, 1923-2000: A Study in Ambivalence.
[212] Durante toda a Guerra Fria, a Áustria não participou do Mercado Comum Europeu. Somente na década de 90, a Áustria pode participar do bloco econômico, agora chamado de União Europeia, sem perder a sua neutralidade. Para ver mais sobre esse assunto: JUDT Tony. **Pós-Guerra: Uma História da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

compromissos com a neutralidade e não estaria respeitando os acordos feitos no Tratado de Estado[213].

Na tentativa de resolver esse problema da não entrada no bloco econômico e de melhorar a sua balança comercial, a Áustria se juntou a Suíça, Dinamarca, Noruega, Suécia, Portugal e Reino Unido para criarem, em 1959, uma zona de livre comércio chamada de Associação Europeia de Livre-Comércio (AELC)[214].

A AELC, diferentemente do Mercado Comum, não tinha pretensões de ser mais que um bloco de livre comércio. Dessa maneira, a Áustria não estaria violando nenhum acordo referente ao Tratado de Estado e nem a sua neutralidade[215]. Com a AELC, a Áustria pôde expandir mais o seu mercado consumidor e reduzir os seus custos de importação. Entretanto, como a Alemanha Ocidental ainda continuava o seu maior parceiro comercial, era necessário, para a Áustria, que a AELC tivesse relações comerciais com o Mercado Comum Europeu[216].

Dessa maneira, em 1962, a AELC iniciou as conversas com o Mercado Comum para estabelecer acordos de livre comércio entre os dois blocos. Esse acordo demorou cerca de dez anos para sair do papel, pois a Itália estava em lígio com a Áustria sobre a questão do Tirol do Sul[217]. O acordo entre os dois países demorou cerca de sete anos para ser finalizado em 1969.

Com o fim do litígio entre Itália e Áustria, os dois blocos econômicos conseguiram chegar a um acordo sobre o livre comércio em 1972[218]. Esse acordo foi muito importante para o crescimento econômico da Áustria no período, pois as taxas de

---

[213] STUHLPFARRER, Karl. **Áustria - neutralidade permanente: A política externa austríaca desde 1945**. Serviço Federal de Imprensa: Viena, 1984.

[214] JUDT, Tony. A Velha Europa – e a Nova. Em: JUDT, Tony. **Pós-Guerra: Uma História da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

[215] Idem.

[216] GEHLER, Michael; KAISER, Wolfram. Austria and Europe, 1923-2000: A Study in Ambivalence. In STEININGER, Rolf [et al.] (orgs.). **Austria in the Twentieth Century**. Editora Transaction Publishers: New Jersey, 2009.

[217] O Tirol do Sul é uma região montanhosa, mas com boas aéreas para a agricultura, e que desde o fim da Primeira Guerra Mundial até 1969 não havia um acordo entre Itália e Áustria sobre, principalmente, a equiparação da língua alemã nos serviços públicos da região, quem controlaria essa região ou se ela deveria ser uma região autônoma. Em 1969, as duas partes entraram em acordo, sendo que somente em 1992 o conflito foi encerrado oficialmente. Para ver mais sobre esse assunto: STUHLPFARRER, Karl. **Áustria - neutralidade permanente: A política externa austríaca desde 1945**. Serviço Federal de Imprensa: Viena, 1984; ÁUSTRIA. **Áustria: Fatos e números**. Serviço Federal de Imprensa: Viena, 1992.

[218] STUHLPFARRER, Karl. **Áustria - neutralidade permanente: A política externa austríaca desde 1945**. Serviço Federal de Imprensa: Viena, 1984; ÁUSTRIA.

importação diminuíram drasticamente e aumentou ainda mais o mercado consumidor[219]. O período da fundação da AELC até a assinatura dos acordos do bloco com o Mercado Comum representou crescimento econômico e melhoria na qualidade de vida da população, e, na década seguinte, de estabilidade econômica[220].

3.3) RESUMO DO CAPÍTULO

Como foi visto no decorrer deste capítulo, a Áustria sofreu um processo de dominação do regime nazista diferente dos outros países europeus, principalmente devido ao *Anschluss* e ao documento *Ostmarkgesetz*. Por causa dessa anexação, a Áustria perdeu a sua soberania e deixou de existir como país, voltando a ser um Estado em 1945, mas a sua soberania plena somente retornou dez anos depois do fim do conflito. Além disso, o país sofreu uma divisão similar em relação a Alemanha: o país e a sua capital, Viena, foram divididos em quatro zonas administradas pelas quatro potências. Durante esse tempo, o país ficou sob administração da Comissão dos Aliados, e, com isso, ficou sem direito a participar de assuntos de política e economia internacionais.

Desde o fim do conflito, o governo austríaco se mobilizou nas tentativas de recuperar a sua soberania e independência política. As conversas sobre o Tratado de Estado avançaram pouco entre 1945 e 1948. Em 1948 elas congelaram e só voltaram a avançar depois da morte do então líder soviético, Josef Stalin, em 1953. No ano de 1955, foi realizada a assinatura do Tratado de Estado Austríaco, com a ressalva de que a Áustria deveria ser neutra.

Durante esse processo de independência, o governo austríaco também estava preocupado com as exigências do Conselho Aliado com relação aos processos de desnazificação, que, em que certos momentos, o Conselho atrelava o sucesso da desnazificação para a assinatura do Tratado de Estado. Dessa maneira, o governo austríaco buscou aprovar leis para que agradar aos quatro países, mesmo os políticos já prevendo que as leis não teriam o resultado esperado.

---

[219] GEHLER, Michael; KAISER, Wolfram. Austria and Europe, 1923-2000: A Study in Ambivalence. In STEININGER, Rolf [et al.] (orgs.). **Austria in the Twentieth Century**. Editora Transaction Publishers: New Jersey, 2009.
[220] Idem.

Os maiores empecilhos para o sucesso da desnazificação da Áustria foram similares ao da Alemanha: pouca mão de obra qualificada que não se envolveu direta ou indiretamente com o Partido Nazista; a pouca vontade da população e dos governantes em participar dos processos de desnazificação e a busca pelo esquecimento das ações cometidas durante a Segunda Guerra Mundial.

Apesar de a desnazificação ter sido fracassada em seu objetivo principal, o maior legado que ela deixou para a Áustria foi o Tratado de Estado Austríaco e a neutralidade perpétua. Durante todo o período da Guerra Fria, a Áustria tentou utilizar-se, da melhor e mais eficiente maneira possível, da sua neutralidade, primeiramente unindo as forças políticas do país, para depois participar de missões e promovendo ações pacifistas. Mesmo com as limitações econômicas impostas pelo contexto ideológico e político da época, a Áustria conseguiu ainda apresentar crescimentos econômicos e de qualidade de vida para a sua população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foram discutidos os processos de desnazificação na Europa, com enfoque na forma como eles foram feitos, bem como os motivos dos fracassos dos programas de desnazificação no continente. Para compreender melhor o fenômeno, foram realizados dois estudos de caso, da Alemanha e da Áustria, sendo o caso austríaco, objeto principal deste trabalho, discutido com mais profundidade. A ênfase do estudo recaiu sobre a relação entre a desnazificação e o retorno à autonomia e à soberania política.

Como demonstrado nos capítulos 1 e 2, os processos de desnazificação começaram simultaneamente com a reconstrução econômica e política dos países envolvidos na Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, os governos europeus começaram a receber, a partir de 1948, dólares do Programa de Reconstrução da Europa oriundos dos Estados Unidos. Além disso, processos eram abertos contra nazistas e colaboradores do regime, bem como contra empresas públicas e privadas que colaboraram para o nazismo.

Conforme o capítulo 2, para ajudar na identificação de pessoas ligadas ao Partido Nazista, diversas ferramentas foram criadas, mas pouquíssimas conseguiram atingir os resultados desejados. Essas ferramentas estiveram ligadas a casos de corrupção ou de amenização nos processos contra nazistas, como, por exemplo, os *Fragenbogen*, o *Persil*. Outra ferramenta criada para ajudar nos processos de desnazificação foi o Tribunal Popular, a qual se mostrou pouco confiável, pois, em alguns casos, eram juristas ex-nazistas que estavam julgando os processos.

Como foi debatido no capítulo 3, o caso austríaco foge um pouco da regra dos países dominados ou que foram aliados da Alemanha durante a Segunda Guerra, pois a Áustria sofreu um processo de anexação com a Alemanha, a *Anschluss*, e, por isso, deixou de existir como país autônomo durante a Guerra. Ao final do conflito, e mesmo após a assinatura da Declaração de Moscou, a Áustria foi considerada culpada por participar do conflito ao lado dos alemães. Assim, o país passou por diversas interferências das quatro potências durante dez anos, até a assinatura do Tratado de Estado Austríaco. As principais interferências na soberania da Áustria foram: as divisões similares, em seu território, ao caso alemão; a administração do Conselho Aliado; e a perda de sua plena autonomia política interna e externa. A demora em

conseguir a assinatura do Tratado de Estado se deveu muito a Guerra Fria; aos aumentos de tensão entre EUA e URSS, principalmente nos episódios do Golpe de Praga, do bloqueio à cidade de Berlim e à divisão em dois países da Alemanha; e as garantias que os norte-americanos e soviéticos faziam para que neutralidade proposta pelo governo austríaco fosse colocada em papel.

Com as assinaturas do Tratado de Estado e da neutralidade, a Áustria conseguiu o retorno da sua soberania e da sua autonomia política, mas a entrada do país em organizações militares, como a OTAN, e a entrada em blocos econômicos que envolviam integração econômica, de serviços, de leis e de pessoas só aconteceu com o fim da Guerra Fria.

Ainda sobre o capítulo 3, foi discutido também o fracasso dos processos de desnazificação para Áustria, sendo que o maior legado desse processo foi a assinatura do Tratado de Estado. Esse fracasso aconteceu de maneira similar ao caso alemão, citado acima.

A despeito das reflexões feitas neste trabalho, a pesquisa sofreu com limitações bibliográficas disponíveis em língua portuguesa – quase inexistente – e com acesso aos poucos livros dessa temática na língua inglesa. Como o historiador Robert Knight afirmou, logo no começo de seu artigo, são pouquíssimos os trabalhos existentes sobre a desnazificação austríaca, citando o exemplo de somente uma monografia sobre esse tema, do autor Dieter Stiefel, *Entnazifizierung in Österreich*, de 1981[221].

Por causa dessa limitação, dois questionamentos infelizmente não puderam ser respondidos neste trabalho. O primeiro questionamento é: o esquecimento foi realmente necessário para que a Europa conseguisse se reerguer, tanto moral quanto economicamente? E o segundo questionamento é: quais as consequências que o esquecimento trouxe para a primeira década do século XXI?

Espera-se que este TCC tenha contribuído para os estudos sobre a desnazificação, principalmente na Áustria. Ao lançar um olhar mais crítico e reflexivo sobre o processo nesse país, de um passado altamente rico e complexo, a intenção deste e de trabalhos futuros será descontruir a ideia errônea apresentada por Hobsbawn (2010, p. 224) de que a Áustria, no contexto da Guerra Fria, se tornou um "pequeno país (...) descrito (corretamente) como 'chato'".

---

[221] Para saber mais, ver: KNIGHT, Robert. Dezanification and Integration in the Austrian Province of Carinthia. In: **The Journal of Modern History,** Vol. 79, No. 3 (September 2007), p. 572-612.

REFERÊNCIAS

ÁUSTRIA. **Áustria: Fatos e números**. Serviço Federal de Imprensa: Viena, 1992.

BISCHOF, Günter. **Relationships/ Beziehungsgeschichten**: Austria and the United States in the Twentieth Century. TRANSATLANTICA vol. 4, StudienVerlag. Innsbruck: 2014

EISTERER, Klaus. Austria Under Allied Occupation. In STEININGER, Rolf [et al.] (orgs.). **Austria in the Twentieth Century**. Editora Transaction Publishers: New Jersey, 2009.

GEHLER, Michael; KAISER, Wolfram. Austria and Europe, 1923-2000: A Study in Ambivalence. In STEININGER, Rolf [et al.] (orgs.). **Austria in the Twentieth Century**. Editora Transaction Publishers: New Jersey, 2009.

HERRING, George C. **From Colony to Superpower: U.S. Foreign Relations since 1776**. Oxford University Press: New York, 2008.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

Internet: https://spoe.at. Acessado em 05/12/2015.

Internet: https://www.oevp.at/Home.psp?ref=m. Acessado em 05/12/2015.

Internet: http://www.kpoe.at/home.html. Acessado em 05/12/2015.

Internet: http://europa.eu/pol/trans/index_pt.htm. Acessado em 05/12/2015.

Internet: http://www.oecd.org/general/themarshallplanspeechatharvarduniversity5june1947.htm. Acessado em 05/12/2015.

Internet: http://www.seuhistory.com/hoje-na-historia/churchill-usa-expressao-cortina-de-ferro-para-definir-divisao-da-europa. Acessado em 05/12/2015.

JUDT, Tony. **Pós-Guerra: Uma História da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia.** Lisboa: Gradativa, 2007.

KNIGHT, Robert. **Dezanification and Integration in the Austrian Province of Carinthia.** In: *The Journal of Modern History*, Vol. 79, No. 3 (September 2007), p. 572-612.

LOWE, Norman. **História do Mundo Contemporâneo.** Porto Alegre: Penso, 2011.

MATHIS, Franz. The Austrian Economy: Basic Features and Trends. In STEININGER, Rolf [et al.] (orgs.). **Austria in the Twentieth Century**. Editora Transaction Publishers: New Jersey, 2009.

SAUNDERS, F. S. **Quem pagou a conta? A CIA na Guerra Fria da cultura.** Editora Record: Rio de Janeiro, 2008.

STUHLPFARRER, Karl. **Áustria - neutralidade permanente: A política externa austríaca desde 1945.** Serviço Federal de Imprensa: Viena, 1984.

PURDY, Sean. O Século Americano. In KARNAL, Leandro [et al.] (orgs.). **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI.** São Paulo: Contexto, 2011.

TOTA, Antonio Pedro. **Os americanos.** São Paulo: Contexto, 2009.

UNIÃO EUROPEIA. **Compreender as políticas da União Europeia: Transportes.** Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2014.

ZAGO, T. S. **Tribunal de Nuremberg: os antecedentes e o legado.** 2013. 88 f. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.